



Ministério da Educação

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
FUNDAMENTAL**

Relatório da Gestão Financeira do Exercício de 2001

Unidade Gestora 150019

Gestão 00001

Ministro da Educação

Paulo Renato Souza

Secretário-Executivo

Luciano Oliva Patrício

Secretária de Educação Fundamental

Iara Glória Areias Prado

Diretora Substituta de Política da Educação Fundamental

Maria Auxiliadora Albergaria Pereira

Diretora de Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino Fundamental

Maria Auxiliadora Lopes

Diretor de Acompanhamento do FUNDF

Ulysses Cidade Semeghini

Chefe de Gabinete

Maria Auxiliadora Albergaria Pereira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

I - POLÍTICA DE MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

1-Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado

1.1 - Parâmetros em Ação

- Etapas de implantação

Fase 1

Fase 2

1.2 - Formação de Professores Alfabetizadores - PROFA

- Caracterização do Programa

- Material que compõe o programa

- Etapas de implantação:

Fase 1

Fase 2

1.3 - Parâmetros em Ação de Meio Ambiente na Escola

1.4 - Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena

1.5 - PNLD em Ação

1.6 - Formação de professores em áreas remanescentes de Quilombos

1.7 - Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação – formação de professores

2- Programa de aprimoramento de materiais disponibilizados para as escolas

2.1 – Avaliação do Livro Didático

2.2 – Biblioteca Escolar

2.3 – Programa de apoio à educação escolar indígena

2.4 – Programa de apoio à educação de jovens e adultos

2.5 – Programa de apoio à educação infantil

3-Programa de produção de material didático e paradidático

3.1– Educação Infantil

3.2– Educação Fundamental

3.3– Educação de Jovens e Adultos

3.4– Educação Escolar Indígena

3.5– Educação Ambiental

3.6– Áreas remanescentes de Quilombo

4 -PROGRAMA de Valorização do Professor

4.1 - Prêmio Qualidade na Educação Infantil

4.2 - Prêmio Incentivo à Educação Fundamental

II - POLÍTICA DE FORTALECIMENTO, MANUTENÇÃO E EQUALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO

1- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

2- Assistência Financeira aos Sistemas de Ensino

III -POLÍTICA DE ARTICULAÇÃO SETORIAL E INSTITUCIONAL

1- CONANDA

2- CONAD

3- CONAMA

4- PROJETO FORMAR

5 – GRUPO INTERMINISTERIAL: MEC/MS

6 - PAZ NAS ESCOLAS

7 – PIAPS

8 – PROJETO ALVORADA

APRESENTAÇÃO

Em consonância com as políticas do MEC de incentivar e estabelecer novos parâmetros na qualificação profissional docente e de valorização do magistério, os principais projetos e programas da SEF concentram-se na área de qualificação de professores. Alguns desses projetos ou programas trabalham diretamente com a formação de professores, como é o caso dos Parâmetros Curriculares em Ação. Outros, oferecem suporte a essas ações como, por exemplo, os programas que envolvem o livro didático. Determinados programas, como o FUNDEF, priorizam diretamente e radicalmente por meio de ações de grande alcance e a nível nacional, a valorização do magistério, outros, como os prêmios de incentivo, trabalham na linha de valorização do magistério e incentivando o trabalho dos bons professores, procurando dar visibilidade desse trabalho à sociedade.

Ainda, de acordo com as políticas mais gerais e amplas do MEC, que privilegiam a descentralização e a parceria, todos os programas e projetos da SEF foram desenvolvidos prioritariamente com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. A SEF fez também parcerias com Universidades e Organizações não governamentais, especializadas em determinadas áreas de atuação.

Dentro desse contexto o principal programa desenvolvido pela SEF em 2001, foi o PCN em Ação, dando continuidade ao trabalho desenvolvido desde 1999. No ano de 2001 o Programa teve uma grande ampliação: atingiu 26 Estados brasileiros, e 362.609 professores. Esses dados demonstram que o programa se consolidou em 2001 e indicam que a SEF introduziu nos sistemas de ensino uma nova forma de fazer formação de professor. O PCN cria uma nova estratégia de formar professores, privilegiando o trabalho coletivo e a reflexão da prática docente. A sua expansão indica que essa estratégia de formação está tendo aceitação e produzindo resultados.

Foi instituído e implementado em 2001, em decorrência de análises oriundas da própria implementação dos PCN em Ação, o PROFA: Programa de Formação de Professores Alfabetizadores com o objetivo de aprimorar a atuação dos professores que trabalham na Educação Infantil, nas primeiras séries do ensino fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. Esse programa intruduziu de forma sistemática e regular, em muitas regiões do país, uma nova concepção e metodologia da alfabetização. Um dos objetivos prioritários da SEF, além da questão do atendimento quantitativo, é criar e introduzir inovações nas políticas e estratégias de formação do professor. A SEF procura sempre fornecer referenciais para os sistemas de ensino. Isso é válido para todos seus programas e projetos: criar referenciais teóricos e práticos para a diversidade de problemas que os sistemas de ensino devem solucionar. O PROFA é um exemplo dessa postura da SEF. Os dados indicam que está correspondendo às necessidades do país: atingiu 20 Estados da Federação, 1.188 municípios e 75.436 professores, em 2001.

Além da expansão quantitativa o PCN em Ação ampliou sua atuação, para outras áreas ainda novas para os sistemas de ensino e para as quais, os mesmos, de modo geral, não se encontram preparados. Foram criados e iniciou-se a implantação dos PCN em Ação de Educação Ambiental, Educação Indígena, Educação de Jovens e Adultos 2º segmento e o Programa de Formação de Professores para as áreas remanescentes de quilombos.

No ano de 2001 iniciou-se a implementação do PCN em Ação de Educação Ambiental nos Estados do Acre e Bahia. Além disso, iniciou-se o processo de preparação dos técnicos das Secretarias Estaduais de Educação para a implementação do Programa.

Em situação semelhante encontra-se o PCN em Ação de Educação Indígena, que priorizará a parceria com as Secretarias Estaduais de Educação. A SEF já vinha trabalhando na área de formação de professores com ONGS especializadas no assunto. Com os PCN em Ação dará continuidade ao trabalho em parceria com as Secretarias de Estado. No ano de 2001 em parceria com o INEP foi realizado o 1º Censo Escolar Indígena.

Atendendo reivindicação dos sistemas de ensino a SEF criou em 2001 a Proposta Curricular de Jovens e Adultos – 2º segmento. A implantação será iniciada em 2002, mas o material já está nas Secretarias, para discussão e conhecimento. Essa ação é um marco e um avanço na área de Educação de Jovens e Adultos. Pela 1ª vez, em nível nacional, os sistemas de ensino dispõem de material para trabalhar o 2º segmento da Educação de Jovens e Adultos - EJA. A criação, distribuição e discussão desse material dá continuidade às ações de apoio técnico oferecidas pela SEF aos sistemas de ensino. Na área da Educação de Jovens e Adultos há que se destacar, também, o aumento considerável no atendimento alcançado por meio do Programa Recomeço, como demonstram os dados do Censo Escolar 2001. Houve um crescimento na matrícula de EJA, de 37,4%, em todo o país, entretanto nas regiões Norte e Nordeste o crescimento foi de 50% e 58% respectivamente.

A análise dos programas e projetos da SEF revela as diversas interfaces existentes entre eles. Isso fica bastante claro quando se verifica, que o avanço na implantação do FUNDEF, produziu impactos significativos no aumento dos cursos de formação de professor. Por outro lado a própria implantação do FUNDEF vinculando os 15% das receitas ao ensino fundamental – estabeleceu, em contrapartida, nos municípios, 10% restantes à Educação Infantil, o que explica o aumento no atendimento da Educação Infantil, demonstrado pelo Censo Escolar 2001. Outras ações que devem, também, ter concorrido para o aumento desse atendimento foi a implantação do Referencial Curricular de Educação Infantil e as ações da SEF, de apoio técnico às Secretarias Municipais de Educação. O Censo constatou que 77% das creches utilizam esse Referencial. Essas interfaces evidenciam-se também com relação às ações de suporte do trabalho do professor, como a avaliação dos livros didáticos. Em 2001, para aprimorar o trabalho de escolha do livro didático, foram realizadas oficinas com professores. Esse trabalho teve

como referencial os Parâmetros Curriculares em Ação e foi desenvolvido nos locais onde já ocorre a implantação do PCN em Ação.

Numa ação síntese das políticas de formação docente e de valorização do magistério, a SEF organizou em outubro de 2001 o Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação – Formação de Professores. O Congresso reuniu prioritariamente representantes dos municípios que estão implementando as políticas de formação continuada propostas pelo MEC, bem como autoridades e especialistas no assunto. Atingiu um público aproximado de 3.000 participantes. Na organização do Congresso foram incluídas todas as áreas trabalhadas pelos Programas e Projetos da SEF, de maneira diversificada e usando de diferentes recursos: palestras, oficinas e exposições fotográficas, mostras de trabalho etc. Paralelamente, mas diretamente vinculada aos temas tratados no Congresso, houve debates de filmes, debates com artistas plásticos, jornalistas e políticos com o objetivo de demonstrar a vinculação dos Programas de Formação docente e os temas político-sociais em debate na sociedade. O Congresso além de dar visibilidade nacional à questão da formação do professor, inovou na sua forma de organização.

A SEF ao investir na formação continuada do professor e na sua realização busca melhorar as condições de atuação do professor; contribuir para sua profissionalização e, em última análise, ajudar a escola a cumprir, com êxito, sua missão: melhorar a formação dos alunos sob sua responsabilidade.

I – POLÍTICA DE MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

1 – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL CONTINUADO

1.1 – PARÂMETROS EM AÇÃO

No período de janeiro a novembro de 2001, o Programa “*Parâmetros em Ação*” – no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, bem como no desenvolvimento da modalidade de Educação de Jovens e Adultos – promoveu a confirmação e o fortalecimento das parcerias com as Secretarias de Educação, estaduais e municipais, com as Universidades e agências formadoras, no sentido de implementar as três diretrizes gerais estabelecidas para sua continuidade. São elas *a descentralização do gerenciamento do Programa, o enraizamento de suas propostas nos sistemas educacionais e a maior integração entre as instâncias e ações do Programa*. Tais diretrizes referem-se aos objetivos de manutenção da qualidade do trabalho, a partir da constatação de um grande momento de expansão ao final do ano 2000.

Tendo em vista direcionar e potencializar as ações de todos os envolvidos para a produção dos avanços desejados, foram estabelecidas prioridades voltadas tanto para a formação pedagógica dos Coordenadores de Grupo, quanto para a formação dos Coordenadores Gerais e sua integração à *Rede Nacional de Formadores – RNF*.

Essas prioridades traduziram-se nas *propostas estruturais* abaixo relacionadas:

- a) *fortalecimento da estrutura organizacional do Programa nas Unidades Federadas*, promovendo a ampliação das equipes locais e da própria concepção da RNF;
- b) *reorganização da estrutura interna* do Programa, fortalecendo as instâncias políticas e institucionais em que se integram as equipes, através dos encontros nacionais, estaduais, ou regionais no sentido de favorecer a continuidade das atividades previstas para o momento de formação de grupos de estudos nas escolas – fase 2.
- c) *sistematização de acompanhamento do Programa*, orientação para registro de reuniões de pólos e visitas de municípios, elaboração de relatórios e outras documentações de cunho pedagógico.

Esse Programa foi desenvolvido em 02 Fases :

Na Fase 01, momento de integração e organização do trabalho. A equipe da SEF treinou os coordenadores gerais e de grupo das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios.

Na Fase 02 ,os coordenadores gerais e de grupo, treinados na Fase 01, passaram a forma os profissionais que atuam nas escolas e próprias Secretarias de Educação.

Em síntese, a proposta geral das ações do Programa “*Parâmetros em Ação*”, é fortalecer a ação da secretarias, enquanto espaço privilegiado de concepção e acompanhamento da formação continuada de professores. Neles são abertas as possibilidades de tematização e reflexão sobre a prática da formação, de conquistas e de busca de avanços de modo coletivo e cooperativo, tanto no que diz respeito às questões pedagógicas, quanto às institucionais.

Tais espaços são fundamentais para o enraizamento desta política. O Programa de ação estabelecido nos possibilita atingir seus objetivos centrais: o desenvolvimento da autonomia dos sistemas educacionais para a gestão do processo de formação continuada de professores, a descoberta e o aprimoramento de lideranças pedagógicas locais que constituirão na prática em professore formadores que porderão se transformar no centro dinâmico de mudança da prática do professor na sala de aula.

PARÂMETROS EM AÇÃO - FASE 1

Em termos quantitativos, as ações realizadas nesta Fase, no exercício de 2001, podem ser visualizadas na tabela a seguir:

Resultados alcançados :

| Região | UF | Qtd. Encontros | Total Município | Formadores MEC * | | | Técnicos Secret | | |
|---------------------------|----|----------------|-----------------|------------------|-------------|------------|-----------------|--------------|-------------|
| | | | | INFANTIL | FUNDAMENTAL | EJA | INFANTIL | FUND. | EJA |
| Centro Oeste | DF | 1 | 1 | 0 | 14 | 2 | 0 | 348 | 32 |
| | MS | 8 | 102 | 6 | 27 | 11 | 215 | 723 | 279 |
| | MT | 1 | 11 | 1 | 3 | 1 | 20 | 68 | 30 |
| Total Centro Oeste | | 10 | 114 | 7 | 44 | 14 | 235 | 1139 | 341 |
| Norte | AC | 1 | 15 | 0 | 3 | 1 | 0 | 80 | 27 |
| | PA | 5 | 76 | 6 | 27 | 6 | 196 | 689 | 203 |
| | RO | 2 | 19 | 2 | 6 | 1 | 50 | 165 | 18 |
| | RR | 1 | 15 | 2 | 8 | 2 | 48 | 195 | 28 |
| | TO | 2 | 12 | 2 | 8 | 2 | 60 | 170 | 60 |
| Total Norte | | 11 | 137 | 12 | 52 | 12 | 354 | 1299 | 336 |
| Nordeste | AL | 5 | 110 | 1 | 23 | 4 | 30 | 529 | 153 |
| | BA | 17 | 211 | 14 | 68 | 21 | 352 | 1750 | 200 |
| | CE | 2 | 127 | 1 | 0 | 5 | 28 | 0 | 245 |
| | MA | 14 | 157 | 13 | 40 | 12 | 390 | 1004 | 314 |
| | PB | 4 | 116 | 8 | 25 | 5 | 227 | 627 | 122 |
| | PE | 1 | 63 | 0 | 5 | 2 | 0 | 120 | 75 |
| | PI | 1 | 60 | 4 | 3 | 3 | 140 | 130 | 278 |
| | RN | 8 | 114 | 6 | 41 | 9 | 158 | 1022 | 212 |
| SE | 1 | 38 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 80 | |
| Total Nordeste | | 53 | 996 | 47 | 205 | 64 | 1325 | 5182 | 1679 |
| Sul | PR | 1 | 36 | 2 | 13 | 0 | 129 | 755 | 0 |
| | RS | 2 | 32 | 3 | 8 | 3 | 80 | 211 | 32 |
| | SC | 8 | 153 | 9 | 24 | 6 | 267 | 597 | 115 |
| Total Sul | | 11 | 221 | 14 | 45 | 9 | 476 | 1563 | 147 |
| Sudeste | ES | 2 | 17 | 2 | 6 | 0 | 54 | 131 | 0 |
| | MG | 6 | 82 | 5 | 17 | 14 | 118 | 350 | 53 |
| | RJ | 7 | 58 | 9 | 44 | 6 | 320 | 1114 | 123 |
| | SP | 10 | 188 | 18 | 49 | 11 | 623 | 1123 | 235 |
| Total Sudeste | | 25 | 345 | 34 | 116 | 31 | 1115 | 2718 | 411 |
| Total Brasil | | 110 | 1813 | 114 | 462 | 130 | 3505 | 11901 | 2914 |

*Para realização desses Encontros a SEF disponibilizou Formadores capacitados na Fase 01 do Programa.

AVALIAÇÃO DOS ENCONTROS DO PROGRAMA

FASE 1

As atividades realizadas nos Encontros da Fase 01 do Programa, vêm sendo avaliadas desde de 1999, quando foi implantado o Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado – Parâmetros em Ação.

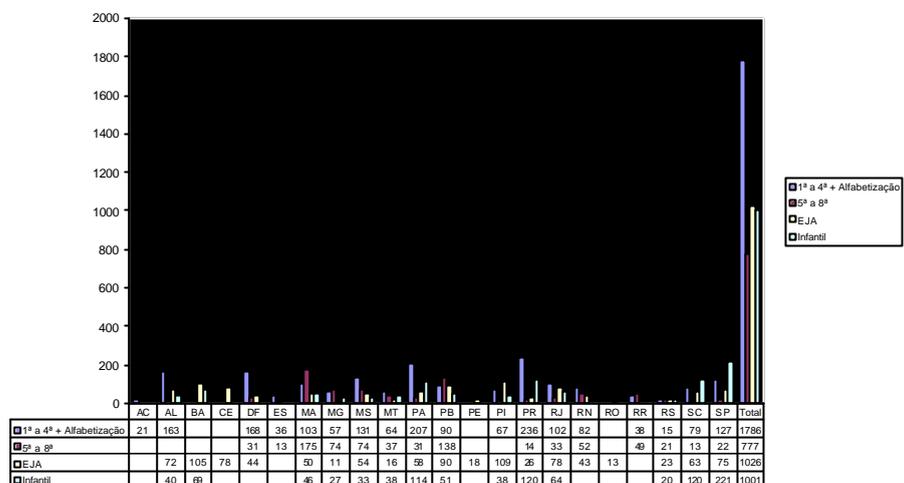
Os participantes, por meio de questionários, distribuídos pela SEF, expressam seu grau de concordância ou discordância quanto a :

- ?? Conteúdo das atividades realizadas;
- ?? Metodologia utilizada ;
- ?? Adequação do tempo;
- ?? Material utilizado quanto a linguagem e conteúdo

Este relatório apresenta resultado da avaliação da Fase 1 respondidos pelos participantes e analisados pela SEF durante o ano de 2001, até 15 de novembro.

O número de questionários recebidos e analisados, por UF, pode ser visto na Tabela 01., abaixo .:

Figura 1: Número de questionários recebidos por UF e por segmento/modalidade



– ASPECTOS DO ENCONTRO CONSIDERADOS MAIS POSITIVOS – PELOS PARTICIPANTES

Em uma questão com oito opções possíveis, os participantes indicaram os aspectos que consideraram mais positivos e importantes para sua futura atuação como formador no Programa “Parâmetros em Ação”.

| Tabela 02: Respostas à questão: "Dentre os aspectos do Encontro citados a seguir, quais foram os mais importantes e positivos para sua futura atuação como formador no Programa Parâmetros em Ação?" | N.º | % |
|---|------------|----------|
| Oportunidade para trocar idéias e experiências com outros profissionais | 3090 | 67,3 |
| Oportunidade para refletir sobre a própria prática | 2960 | 64,5 |
| Oportunidade de familiarização com os Parâmetros Curriculares Nacionais | 2852 | 62,1 |
| Metodologia utilizada pelo coordenador do grupo | 2510 | 54,7 |
| Módulos específicos do material PCN em Ação | 833 | 18,1 |
| Incentivo ao uso da TV Escola | 556 | 12,1 |
| Material complementar apresentado e/ou utilizado durante o encontro | 512 | 11,2 |
| Outros | 62 | 1,4 |

A presente avaliação, no âmbito da Fase 1 do Programa Parâmetros em Ação, confirma os resultados obtidos em 1999 e em 2000. Os Encontros são sempre avaliados de forma muito positiva pela maioria dos participantes. O passo seguinte a esta parceria do MEC com as Secretarias de Educação e outras instituições envolvidas no Programa, é a realização de uma avaliação sistemática do andamento do Programa em sua Fase 2, trabalho efetivo dos coordenadores de grupos e professores, objetivo desta Secretaria para o ano de 2002.

PARÂMETROS EM AÇÃO - FASE 2

Formação de Grupos de Estudos nas Escolas

Considera-se como FASE 2, no Programa Parâmetros em Ação, a etapa em que acontece a formação de grupos de estudo, destinados à capacitação dos professores nas escolas. Esta fase caracteriza-se também pela realização de reuniões periódicas nos pólos, visando assegurar a formação continuada dos coordenadores gerais e de grupo, de o efetivo acompanhamento dos responsáveis pelos grupos de estudos.

Os coordenadores gerais e de grupo, por sua vez, acompanham os grupos de estudos formados pelos professores, na perspectiva de assegurar, nas escolas, o espaço para a discussão e busca de alternativas aos questionamentos inerentes ao trabalho em sala de aula, portanto são realizadas atividades de estudo de módulos e avaliadas ao término de cada um deles.

Em termos quantitativos, as ações realizadas e sua execução podem ser visualizadas nas Tabelas abaixo :

DEMONSTRATIVO DA FASE 2

DADOS PRELIMINARES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DA FASE 2 DO PARÂMETROS EM AÇÃO EM EJA

| Estado | Encontros | Pólos | Municípios | Coordenadores |
|---------------------|-----------|-----------------------|------------|---------------|
| ACRE | Julho | 3 | 17 | 12 |
| | Outubro | 3 | 7 | 15 |
| ALAGOAS | Setembro | 13 | 42 | 59 |
| | Outubro | 11 | 37 | 49 |
| BAHIA | Agosto | 1 | 7 | 18 |
| | Outubro | 1 | 8 | 20 |
| | Novembro | 1 | 12 | 20 |
| CEARÁ | Julho | 17 | 18 | 26 |
| | Setembro | 17 | 18 | 56 |
| | Novembro | 17 | 18 | 60 |
| PARÁ | Agosto | 6 | 21 | 25 |
| | Dezembro | 2 | 12 | 26 |
| PARAÍBA | Julho | 3 | 7 | 11 |
| | Novembro | 2 | 18 | 22 |
| PERNAMBUCO | Agosto | 11 | 67 | 120 |
| | Novembro | 10 | 17 | 24 |
| PIAUÍ | Novembro | Não dividido em pólos | 40 | 79 |
| RIO GRANDE DO NORTE | Agosto | 17 | 19 | 39 |
| | Outubro | 17 | 19 | 39 |
| | Dezembro | 17 | 19 | 44 |
| RONDÔNIA | Agosto | 8 | 25 | 49 |
| TOTAL | 21 | | | |

Fonte: COEJA/SEF/MEC - Relatórios dos Formadores/Parâmetros em Ação

ABRANGÊNCIA DA EXECUÇÃO DA FASE 02 DO PROGRAMA PARÂMETROS EM AÇÃO

| Região | UF | Qtd. Pólos | Municípios | Fase | | |
|---------------|--------------|------------|-------------|------------|------------|-------------|
| | | | | 1 | Transição | 2 |
| Centro-Oeste | GO | 25 | 152 | 0 | 15 | 136 |
| | MS | 9 | 72 | 5 | 7 | 60 |
| | MT | 12 | 114 | 4 | 3 | 106 |
| | DF | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | TOTAL | 47 | 339 | 9 | 25 | 303 |
| Norte | AC | 3 | 23 | 0 | 0 | 3 |
| | AM | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | PA | 15 | 87 | 0 | 0 | 55 |
| | RO | 15 | 80 | 0 | 3 | 77 |
| | RR | 2 | 15 | 11 | 10 | 4 |
| | TO | 2 | 12 | 0 | 0 | 12 |
| | TOTAL | 38 | 218 | 11 | 13 | 152 |
| Nordeste | AL | 13 | 90 | 0 | 1 | 80 |
| | BA | 16 | 187 | 52 | 43 | 92 |
| | CE | 22 | 22 | 122 | 55 | 67 |
| | MA | 14 | 155 | 2 | 24 | 124 |
| | PB | 16 | 210 | 0 | 35 | 165 |
| | PE | 12 | 162 | 1 | 15 | 142 |
| | PI | 2 | 2 | 0 | 1 | 1 |
| | RN | 18 | 163 | 2 | 39 | 131 |
| | SE | 10 | 39 | 0 | 39 | 0 |
| | TOTAL | 123 | 1030 | 179 | 252 | 802 |
| Sul | PR | 4 | 58 | 2 | 2 | 54 |
| | RS | 5 | 83 | 0 | 63 | 20 |
| | SC | 13 | 225 | 0 | 93 | 132 |
| | TOTAL | 22 | 366 | 2 | 158 | 206 |
| Sudeste | ES | 10 | 100 | 0 | 71 | 29 |
| | MG | 8 | 100 | 10 | 23 | 67 |
| | RJ | 11 | 90 | 1 | 9 | 80 |
| | SP | 22 | 272 | 12 | 62 | 154 |
| | TOTAL | 51 | 562 | 23 | 165 | 330 |
| BRASIL | TOTAL | 281 | 2515 | 224 | 613 | 1793 |

Fonte: SEF/DPE

ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA EM NOVEMBRO/2001

Capacitação de Coordenadores de Grupos, Grupos de Estudo e Total dos Professores dos Grupos por UF, segmento e modalidade de ensino.

| UF | C.G | Coord. do grupo | | | | Grupos de estudo/total dos professores dos grupos | | | | | | | |
|--------------|-------------|-----------------|-------------|-------------|-------------|---|--------------|-------------|---------------|-------------|--------------|-------------|--------------|
| | | E.I | 1ª à 4ª | 5ª à 8ª | EJA | E.I | | 1ª à 4ª | | 5ª à 8ª | | EJA | |
| | | | | | | G.E. | T.P. | G.E. | T.P. | G.E. | T.P. | GE | T.P. |
| GO | 39 | 50 | 478 | 0 | 73 | 43 | 948 | 475 | 9772 | 10 | 350 | 73 | 386 |
| MS | 83 | 104 | 221 | 105 | 83 | 69 | 1417 | 127 | 2957 | 67 | 1256 | 83 | 1283 |
| MT | 142 | 127 | 390 | 265 | 61 | 100 | 2023 | 261 | 6917 | 165 | 3618 | 49 | 754 |
| DF | 52 | 52 | 183 | 319 | 18 | 52 | 788 | 159 | 3019 | 319 | 2762 | 17 | 336 |
| TOTAL | 316 | 333 | 1272 | 689 | 235 | 264 | 5176 | 1022 | 22665 | 561 | 7986 | 222 | 2759 |
| AC | 23 | 35 | 97 | 68 | 18 | 33 | 860 | 97 | 2829 | 65 | 1752 | 15 | 294 |
| AM | 2 | 25 | 47 | 30 | 13 | 25 | 835 | 38 | 1208 | 21 | 537 | 0 | 470 |
| PA | 88 | 75 | 551 | 310 | 142 | 61 | 1538 | 505 | 16569 | 262 | 5231 | 107 | 2543 |
| RO | 128 | 29 | 416 | 376 | 106 | 11 | 291 | 344 | 3937 | 310 | 3473 | 75 | 954 |
| RR | 15 | 48 | 74 | 62 | 5 | 50 | 603 | 74 | 897 | 62 | 667 | 5 | 61 |
| TO | 13 | 13 | 110 | 148 | 13 | 13 | 305 | 108 | 3110 | 148 | 4119 | 14 | 282 |
| TOTAL | 269 | 225 | 1295 | 994 | 297 | 193 | 4432 | 1166 | 28550 | 868 | 15779 | 216 | 4604 |
| AL | 102 | 64 | 319 | 96 | 63 | 56 | 1386 | 360 | 7990 | 85 | 2389 | 72 | 1409 |
| BA | 199 | 282 | 830 | 439 | 67 | 150 | 2902 | 494 | 12894 | 260 | 5303 | 16 | 575 |
| CE | 22 | 28 | 36 | 21 | 207 | 9 | 189 | | 1117 | | 471 | 207 | 2002 |
| MA | 171 | 264 | 520 | 269 | 215 | 224 | 5067 | 29 | 15625 | 17 | 5371 | 0 | 3931 |
| PB | 104 | 208 | 151 | 134 | 114 | 190 | 2396 | 340 | 8430 | 84 | 1041 | 119 | 1382 |
| PE | 146 | 80 | 410 | 152 | 91 | 85 | 1902 | 286 | 10159 | 95 | 2235 | 74 | 1201 |
| PI | 25 | 24 | 69 | 14 | 80 | 24 | 484 | 69 | 1764 | 35 | 2047 | 87 | 2685 |
| RN | 220 | 156 | 423 | 324 | 150 | 113 | 2371 | 209 | 7591 | 174 | 4779 | 0 | 1793 |
| SE | 10 | 0 | 11 | 0 | 39 | 0 | 0 | 21 | 771 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 999 | 1106 | 2769 | 1449 | 1026 | 851 | 16697 | 1808 | 66341 | 750 | 23636 | 575 | 14978 |
| PR | 68 | 113 | 102 | 66 | 13 | 99 | 2720 | 122 | 3984 | 61 | 1213 | 5 | 124 |
| RS | 84 | 42 | 27 | 44 | 21 | 0 | 374 | 0 | 420 | 0 | 634 | 0 | 134 |
| SC | 143 | 144 | 215 | 130 | 29 | 140 | 3281 | 162 | 4947 | 82 | 2259 | 0 | 135 |
| TOTAL | 295 | 299 | 344 | 240 | 63 | 239 | 6375 | 284 | 9351 | 143 | 4106 | 5 | 393 |
| ES | 114 | 61 | 64 | 85 | 57 | 64 | 1495 | 64 | 1531 | 64 | 1973 | 0 | 815 |
| MG | 103 | 125 | 233 | 91 | 30 | 127 | 3207 | 232 | 5582 | 87 | 1701 | 36 | 818 |
| RJ | 99 | 157 | 316 | 116 | 43 | 143 | 4372 | 335 | 9844 | 108 | 2980 | 43 | 946 |
| SP | 277 | 389 | 522 | 126 | 100 | 226 | 6324 | 276 | 9578 | 246 | 1611 | 39 | 568 |
| TOTAL | 593 | 732 | 1135 | 418 | 230 | 560 | 15398 | 907 | 26535 | 505 | 8265 | 118 | 3147 |
| TOTAL | 2472 | 2695 | 6815 | 3790 | 1851 | 2107 | 48078 | 5187 | 153442 | 2827 | 59772 | 1136 | 25881 |

Fonte: SEF/DPE

Legenda:

- ?? C. G – Coordenador Geral
- ?? E.I – Educação Infantil
- ?? EJA – Educação de Jovens e Adultos
- ?? G.E – Grupos de Estudo
- ?? T.P – Técnicos e Professores

1.2 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES – PROFA

O Programa de Formação de Professores Alfabetizadores - PROFA – surgiu no processo de desenvolvimento do Parâmetros em Ação. Constatou-se a extrema necessidade de elaboração e implantação de um Programa nacional de formação de alfabetizadores, com o objetivo central de combater a repetência e evasão escolar de crianças, jovens e adultos.

– CARACTERIZAÇÃO

Trata-se de uma proposta formulada pela SEF, implementada em parceria com as Secretarias de Educação Estaduais, do Distrito Federal e Municipais, as Universidades, as escolas de formação públicas e privadas, e ainda as organizações não governamentais interessadas. Envolve um esforço conjunto para o resgate do compromisso da escola com a formação inicial do aluno como leitor e produtor de textos, compensando a insuficiente formação didática oferecida por instituições responsáveis pela formação inicial dos professores que alfabetizam crianças, jovens e adultos.

– CARGA HORÁRIA

O curso totaliza 180 horas, distribuídas em três módulos, com 75% do tempo destinado à formação em grupo e 25% do tempo destinado ao trabalho pessoal: estudo e produção de textos e materiais que serão socializados no grupo ou entregues ao coordenador, tendo em vista a avaliação. A proposta consiste em realizar encontros semanais de 3 horas de duração e 1 hora de trabalho pessoal, durante 45 semanas.

– MATERIAL QUE COMPÕE O PROGRAMA

O Programa apóia-se em dois tipos de material;

?? textos escritos, destinados aos professores cursistas e aos formadores;

?? 30 programas de vídeo especialmente produzidos para uso no curso.

Estes materiais estão organizados em *kits* e são entregues à instituição parceira, para posterior distribuição aos professores formadores e cursistas.

Do ponto de vista metodológico, organiza-se em 03 módulos .

?? O Módulo 1 aborda conteúdos de fundamentação, relacionados aos processos de aprendizagem da leitura e escrita e à didática da alfabetização;

?? Os Módulos 2 e 3 tratam, especialmente, de propostas de ensino e aprendizagem da língua escrita na alfabetização, sendo o Módulo 2 mais focado em situações didáticas de alfabetização e o Módulo 3, nos demais conteúdos de língua portuguesa que têm lugar no processo de alfabetização.

Materiais que compõem o programa

| Material Escrito | Caracterização | A quem se destina |
|--|---|---|
| Documento de Apresentação | Aborda a trajetória do modelo para todos | Escolar da alfabetização envolvidos no Programa |
| Guia de Orientações Metodologias Gerais | Explícita a concepção e as metodologias adotadas no programa | Formadores |
| Guia do Formador – Módulo 1 Guia do Formador – Módulo 2 Guia do Formador – Módulo 3 | Atividades propostas para as 45 semanas do curso | Formadores |
| Coletânea de Textos – Módulo 1 Coletânea de Textos – Módulo 2 Coletânea de Textos – Módulo 3 | Reúne textos literários a serem lidos em grupo | Formadores e Professores |
| Caderno de Registro | Fichário com 2 partes: a 1ª destinada ao arquivo dos textos e a 2ª, ao registro escrito dos professores | Formadores e Professores |
| Catálogo de Resenhas | Resenhas de filmes que ampliam o horizonte cultural dos professores | Grupo |

VÍDEOS

Foram produzidos 30 vídeos que tratam, basicamente, de situações didáticas de alfabetização ajustadas às necessidades de aprendizagem dos alunos. As principais personagens dos vídeos produzidos são 14 professoras que se dispuseram a abrir a porta de suas salas de aula aos demais educadores do Brasil:

- ?? 11 vídeos do Módulo 1 - Processos de Aprendizagem;
- ?? 09 vídeos do Módulo 2 - Proposta Didática 1;
- ?? 09 vídeos do Módulo 3 - Proposta Didática 2;
- ?? 01 vídeo do Formador.

PARCERIA DO MEC COM AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Formas de parceria:

a) VIA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Ocorre quando há uma demanda concreta das Secretarias e, nesse caso, são três as alternativas:

- ?? Assessoria pontual ? profissionais vinculados às instituições de ensino superior podem ser contratados para prestar assessoria sobre temas específicos.
- ?? Contratação de profissional para exercer a função de Coordenador Geral do PROFA.
- ?? Contratação de profissional para exercer a função de Coordenador de Grupo (formador) ? no caso, a Secretaria de Educação deve, necessariamente, indicar um educador da rede de ensino, para trabalhar em parceria com esse profissional, a fim de que se capacite exercendo a função de formador.

b) INCORPORAÇÃO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO

A implementação do Programa de Formação de Professores Alfabetizadores por meio desse tipo de parceria pressupõe a assinatura prévia, pela instituição de ensino superior, de um Termo de Cooperação Técnica, onde estão definidas as atribuições, responsabilidades e contrapartidas dos parceiros.

c) OUTROS

Cursos de extensão, aperfeiçoamento, especialização, etc. Nesses casos será preciso que a instituição envie a proposta para ser analisada pelo MEC, indicando a carga horária e as formas previstas para desenvolvimento do Programa.

IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA

Este Programa foi desenvolvido para ser implantado em 02 Fases:

FASE 1

Consiste na formação dos formadores e é realizada pela Equipe Pedagógica do Programa. Ocorre em um encontro de 4 dias de intensa formação, tendo como principais objetivos:

- a) tornar conhecidos os materiais e potencializar a ação dos futuros Coordenadores Gerais e de Grupo;
- b) discutir as concepções de Alfabetização e Letramento;
- c) oferecer um modelo de formação de qualidade e alternativo ao modelo convencional, apoiado em estratégias de resolução de problemas, tematização da prática, uso da leitura e da escrita e discutir as competências profissionais do formador.

Os encontros da Fase 1 acontecem nos estados que solicitam adesão e obedecem ao critério de já terem realizado a formação continuada no âmbito do Programa “Parâmetros em Ação”. Os participantes dessa etapa são os futuros coordenadores gerais e de grupo, indicados pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação envolvidas.

O Quadro a seguir demonstra os dados quantitativos da Fase 1.

SITUAÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES

| UF | Total dos Estados | | | | | | | |
|--|-------------------|---------------|-------|------------|---|--------|----------------------------------|----------------------------------|
| | Fase 1 | | | | | | | |
| | Encontros | Coordenadores | | Municípios | MATERIAL ENVIADO DO MÓDULO - I DO PROFA | | | |
| | | Gerais | Grupo | | Kit do Formador | Vídeos | Caderno de Registro do Professor | Caderno de Apresentação Programa |
|  AC | 02 | 04 | 67 | 14 | 110 | 110 | 1479 | 1479 |
|  AL | 02 | 15 | 53 | 19 | 82 | 82 | 1170 | 1170 |
|  BA | 24 | 202 | 1025 | 204 | 966 | 966 | 10797 | 9739 |
|  CE | 03 | 54 | 306 | 174 | 441 | 441 | 0 | 0 |
|  DF | 01 | 06 | 53 | 14 | 91 | 91 | 1690 | 1690 |
|  ES | 04 | 34 | 154 | 40 | 346 | 346 | 3717 | 2160 |
|  GO | 02 | 14 | 95 | 12 | 135 | 134 | 1780 | 1520 |
|  MA | 02 | 44 | 139 | 108 | 177 | 177 | 3600 | 3600 |
|  MG | 03 | 68 | 165 | 68 | 206 | 206 | 02 | 03 |
|  MS | 03 | 44 | 60 | 46 | 107 | 107 | 372 | 372 |
|  MT | 3 | 24 | 57 | 22 | 126 | 126 | 508 | 508 |
|  PA | 03 | 23 | 109 | 19 | 127 | 127 | 1323 | 1323 |
|  PB | 04 | 54 | 83 | 56 | 213 | 213 | 470 | 670 |
|  PE | 03 | 84 | 115 | 45 | 275 | 275 | 1500 | 1300 |
|  PR | 01 | 33 | 77 | 33 | 135 | 135 | 3108 | 2908 |
|  RJ | 02 | 26 | 121 | 24 | 171 | 171 | 1163 | 1163 |
|  RN | 02 | 37 | 33 | 23 | 63 | 63 | 455 | 455 |
|  RO | 04 | 08 | 115 | 19 | 208 | 181 | 4117 | 4117 |
|  SC | 04 | 64 | 73 | 61 | 237 | 237 | 3206 | 2566 |
|  SP | 09 | 150 | 339 | 150 | 550 | 550 | 5413 | 4795 |
| Total | 81 | 988 | 3239 | 1151 | 4766 | 4738 | 45870 | 41538 |

Fonte: SEF/DPE/REDE-PROFA

FASE 2 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Divide-se em dois momentos:

1º período de estudo dos Coordenadores Gerais e de Grupo de estudos, onde ocorre todo o aprofundamento dos conteúdos trabalhados na Fase 1 e a preparação para o trabalho com os professores;

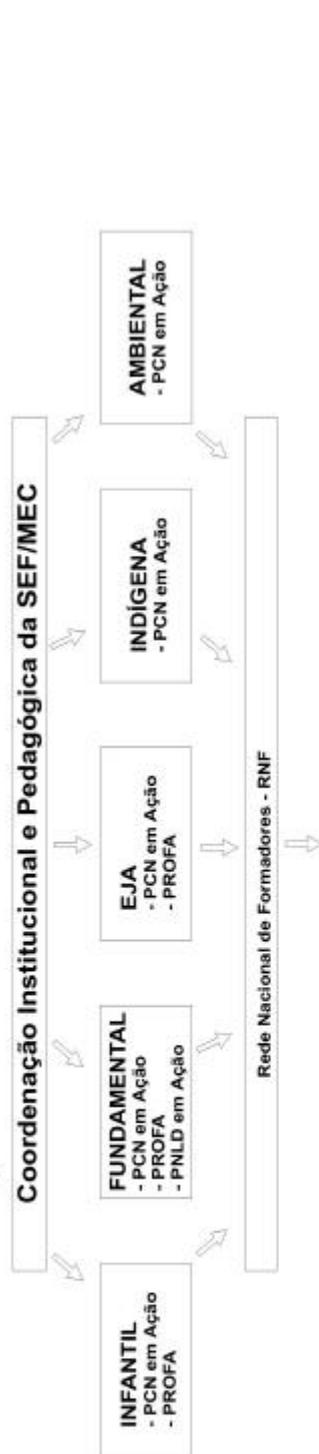
2º desenvolve-se o curso com os professores, dividido em 3 Módulos, com encontros semanais de 3 horas e, paralelamente, os formadores também reúnem-se, semanalmente, para preparar as pautas das unidades do curso.

O Quadro abaixo, dá um panorama preciso da abrangências do PROFA no país.

| UF | Total dos Estados | | |
|--------------|-------------------|--------------------------|-----------------------|
| | Fase 2 | | |
| | Núcleos Formados | Municípios Participantes | Professores Cursistas |
| AC | 02 | 10 | 1470 |
| AL | 02 | 09 | 2180 |
| BA | 45 | 204 | 23214 |
| DF | 01 | 14 | 1650 |
| ES | 05 | 24 | 2668 |
| GO | 06 | 44 | 3268 |
| MA | 17 | 105 | 8140 |
| MG | 01 | 68 | 4125 |
| MS | 11 | 46 | 796 |
| MT | 05 | 242 | 1570 |
| PA | 06 | 12 | 285 |
| PB | 02 | 05 | 340 |
| PE | 08 | 79 | 2900 |
| PR | 01 | 33 | 3000 |
| RJ | 12 | 31 | 960 |
| RN | 09 | 21 | 1748 |
| RO | 06 | 18 | 1804 |
| SC | 11 | 73 | 2473 |
| SP | 20 | 150 | 12845 |
| Total | 169 | 1188 | 75436 |

Fonte: SEF/DPE/REDE-PROFA

Integrantes dos Programas:
-Parâmetros em Ação - PCN em Ação
-Formação de Professores Alfabetizadores - PROFA



| | AC | AL | AM | BA | CE | DF | ES | GO | MA | MG | MS | MT | PA | PB | PE | PI | PR | RJ | RN | RO | RR | RS | SC | SE | SP | TO | TOTAL |
|---------------------|-----------------|-------|------|-------|------|------|------|-------|-------|-------|------|-------|-------|-------|-------|------|-------|-------|-------|-------|------|------|-------|-----|-------|------|--------|
| RNF | 5 | 7 | 0 | 22 | 0 | 0 | 1 | 6 | 7 | 8 | 8 | 9 | 5 | 9 | 3 | 3 | 4 | 11 | 12 | 8 | 2 | 3 | 6 | 0 | 48 | 0 | 193 |
| PCN em Ação | POLO* | 3 | 13 | 1 | 16 | 22 | 1 | 10 | 25 | 14 | 8 | 9 | 12 | 16 | 12 | 2 | 4 | 11 | 18 | 15 | 2 | 5 | 13 | 10 | 22 | 2 | 281 |
| | MUNICÍPIOS | 23 | 90 | 1 | 187 | 22 | 1 | 100 | 152 | 100 | 72 | 114 | 87 | 210 | 162 | 2 | 58 | 90 | 163 | 80 | 15 | 83 | 225 | 39 | 272 | 12 | 2515 |
| PROFA | MUNICÍPIOS** | 2 | 2 | 0 | 45 | 0 | 1 | 5 | 6 | 17 | 1 | 5 | 6 | 2 | 8 | 0 | 1 | 12 | 9 | 6 | 0 | 0 | 11 | 0 | 20 | 0 | 169 |
| | MUNICÍPIOS | 10 | 9 | 0 | 204 | 0 | 14 | 24 | 44 | 105 | 8 | 242 | 12 | 5 | 79 | 0 | 33 | 31 | 21 | 18 | 0 | 0 | 72 | 0 | 150 | 0 | 1188 |
| Atuação de Educação | COMO GRUPO | 27 | 117 | 2 | 401 | 76 | 58 | 148 | 53 | 215 | 171 | 127 | 166 | 111 | 158 | 25 | 101 | 125 | 257 | 136 | 15 | 84 | 207 | 10 | 427 | 13 | 3478 |
| | COMO GRUPO | 285 | 595 | 115 | 2643 | 598 | 625 | 421 | 696 | 1407 | 644 | 900 | 1187 | 690 | 848 | 187 | 371 | 753 | 1086 | 1042 | 189 | 134 | 591 | 50 | 1476 | 284 | 18390 |
| | GRUPO DE ESTUDO | 210 | 573 | 84 | 920 | 216 | 547 | 192 | 601 | 270 | 482 | 346 | 575 | 935 | 733 | 215 | 287 | 629 | 496 | 740 | 191 | 0 | 384 | 21 | 787 | 283 | 11257 |
| PROFESSORES | 7205 | 15354 | 3050 | 44888 | 3779 | 8565 | 8482 | 14724 | 38134 | 15433 | 7709 | 14882 | 26166 | 13589 | 18397 | 6980 | 11041 | 19102 | 18282 | 10459 | 2228 | 1562 | 13095 | 771 | 30926 | 7816 | 362609 |

Fonte: SEF/DPE

* Aglutinação de municípios
 ** Aglutinação de municípios

1.3 –PARÂMENTROS EM AÇÃO - MEIO AMBIENTE NA ESCOLA

O Programa Parâmetros em Ação - Meio Ambiente na Escola, destinado aos professores, das séries finais do Ensino Fundamental, foi lançado pelo MEC em 05 de junho de 2001 - Dia Internacional do Meio Ambiente. O acesso a este programa é por adesão das secretarias que oferecem 5ª e 8ª série do Ensino Fundamental

A SEF, ao disponibilizar aos sistemas de ensino os Parâmetros em Ação- Meio Ambiente na Escola, amplia a sua ação de parceria com as Secretarias de Educação para o desenvolvimento de políticas de formação de professores.

O programa foi elaborado com a intenção de favorecer a reflexão sobre a prática profissional, atitudes e procedimentos diante das questões ambientais, abordando possibilidades de transversalização dos conteúdos da temática ambiental, bem como a formulação e o desenvolvimento de projetos educativos nas unidades escolares.

MATERIAIS QUE COMPÕEM O PROGRAMA

Para o desenvolvimento dessa proposta foram confeccionados dois kits contendo materiais formativos e informativos: um para o coordenador, destinado a subsidiar o trabalho dos coordenadores gerais e de grupo; e outro para o professor, contendo materiais úteis na prática transversal da educação ambiental em suas escolas.

Materiais que compõem cada Kit

| Kit do Coordenador | Kit do professor |
|---|--|
| Guia de orientações metodológicas gerais | Caderno de apresentação |
| Guia do Formador | Guia de atividades para sala de aula |
| Programa de vídeo | Bibliografia e sites comentados |
| Guia de orientação para trabalhar com vídeo | Catálogo de endereços para ações e informações em Educação |
| Cartaz com mapa das ecorregiões brasileiras | |
| CD-ROM Legislação Ambiental | CD de músicas para atividades |

Os Kits são compostos de materiais escritos, programa de vídeos, CD de músicas, CD-ROM com informações da legislação ambiental, cartaz com mapa das ecorregiões do Brasil.

OBJETIVOS E METAS

O objetivo do programa é desenvolver a temática ambiental de forma interdisciplinar, utilizando o tema transversal meio ambiente na proposta pedagógica escolar, bem como incentivar os sistemas de ensino a assumir sua responsabilidade na implementação da Educação Ambiental nas escolas e estabelecer parcerias que criem processos pedagógicos em consonância com a realidade ambiental e cultural da escola.

A meta do programa é a formação continuada dos educadores do ensino fundamental, de 5ª a 8ª série, independente da área de conhecimento em que atuam, por meio do estudo interativo do tema, sensibilizando-os para:

- ?? a importância da educação ambiental no contexto escolar;
- ?? o enriquecimento dos conteúdos relacionados às questões ambientais;
- ?? a necessidade de obter novas informações sobre a dimensão local do ambiente;
- ?? propor formas de solução de problemas.

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

FASE I

Iniciada no estado do Acre com a participação da Secretaria de Educação do Estado, Secretaria de Educação de Rio Branco (município da capital e 9 municípios do interior) e no estado da Bahia (pólos de Xique-Xique, e Irerê).

Participaram da Fase I no Acre 31 Coordenadores e 120 em xiquexique e Irerê na Bahia.

Número de atendimentos por Pólos/Municípios

| ACRE* | | BAHIA |
|--------------------------|----------------------------|------------------------------|
| SEMED | SEDUC | Pólos de Xique-Xique e Irerê |
| N.º de municípios: 11 | N.º de municípios: 9 | N.º de municípios: 13 |
| N.º de escolas: 11 | N.º de escolas: 4 | N.º de escolas: 73 |
| N.º de Coordenadores: 14 | N.º de Coordenadores: 12 | N.º de Coordenadores: 100 |
| N.º de Prof.: 287 | N.º de Prof.: 2029 | N.º de Prof.: 1055 |
| | Participantes da SEDUC: 13 | |
| | Participantes da UFAC: 18 | |

Fonte: Coordenação-Geral do Programa no Acre e na Bahia.

*A Secretaria de Educação do Estado do Acre, em parceria com a Universidade Federal do Acre, está oferecendo formação inicial (licenciatura) para os professores de 5ª a 8ª série. Considerando o número expressivo de professores que estão nos cursos de licenciatura, estabelecemos uma parceria para o atendimento desses professores. Em cada curso há previsão de uma disciplina denominada Meio Ambiente. Pelo o acordo esta disciplina será comum nos diferentes cursos de licenciatura e a formação neste momento será desenvolvida por meio do Programa Parâmetros em Ação - Meio Ambiente na Escola.

1.4 – PARÂMETROS EM AÇÃO - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Organizado em 12 módulos, o Programa Parâmetros em Ação- Educação Escolar Indígena, é uma proposta de formação continuada, visando ao desenvolvimento de quatro competências profissionais básicas: leitura e escrita; trabalho compartilhado; administração da própria formação e reflexão sobre a prática pedagógica.

O documento básico de referência para o conjunto das atividades propostas nesse Programa é o *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*, distribuído às escolas e professores indígenas de todo país. O Programa se estrutura a partir de leituras, fichamentos, discussões e sínteses desse documento.

CARACTERIZAÇÃO

O Programa incentivar, ainda, a criação e o desenvolvimento de programas de formação de professores indígenas nos sistemas estaduais de ensino, propiciando a titulação desses profissionais e o reconhecimento público do magistério indígena diferenciado.

Para o desenvolvimento do Programa foram preparados materiais que os professores poderão utilizar tanto para sua própria formação, quanto em seu trabalho em sala de aula. Compõem dois kits: o kit do formador que se destina a subsidiar o trabalho dos coordenadores de grupo na execução dos módulos de atividades propostos e o kit do professor, destinado ao desenvolvimento das atividades em sala de aula.

Professor Formador

| Material | Especificação | Quantidade |
|--|---|-------------------|
| Caderno de Apresentação | Destaca as finalidades, expectativas de aprendizagem e conteúdos trabalhados em todo o Programa. | 5.000 |
| Guia do Formador | destina-se a orientar o trabalho do formador junto aos professores indígenas. | 1.500 |
| Programas de Vídeo | 15 programas de vídeo, preparados pela TV Escola, que serão exibidos, analisados e discutidos no decorrer da execução dos módulos. | 1.500 |
| Mapa das Terras Indígenas no Brasil | Apresenta a situação das terras indígenas no Brasil, evidenciando suas localizações e situações jurídicas de reconhecimento pelo Estado brasileiro. | 5.000 |
| Mapa etnográfico ilustrado do Brasil | Apresenta a diversidade cultural dos povos indígenas no Brasil por meio da reprodução de artefatos etnográficos do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. | 20.000 |
| Quem são, quantos são e onde estão os povos indígenas e suas escolas no Brasil?: | Apresenta informações, listagens e tabelas que sistematizam dados sobre povos, línguas, população, terras, escolas, professores e estudantes indígenas. | 5.000 |
| As leis e a educação escolar indígena | Compilação da legislação educacional brasileira que trata do direito dos povos indígenas à educação bilíngüe e diferenciada. | 5.000 |
| Caderno de Registro | Destinado ao professor indígena para registrar suas sínteses das atividades desenvolvidas, questionamentos, propostas e conclusões. | 4.500 |
| Kit "Índios no Brasil" | Composto por Programas de vídeo e três livretos com textos escritos por antropólogos | - |
| Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju | Traça todo o percurso dos povos indígenas brasileiros desde o período colonial até 1.940. | 5.000 |

Kit Professor Indígena

| Material | Especificação | Quantidade |
|--|---|-------------------|
| Mapa das Terras Indígenas no Brasil | Apresenta a situação das terras indígenas no Brasil, evidenciando suas localizações e situações jurídicas de reconhecimento pelo Estado brasileiro. | 5.000 |
| Mapa etnográfico ilustrado do Brasil | Apresenta a diversidade cultural dos povos indígenas no Brasil por meio da reprodução de artefatos etnográficos do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. | 20.000 |
| Quem são, quantos são e onde estão os povos indígenas e suas escolas no Brasil?: | Apresenta informações, listagens e tabelas que sistematizam dados sobre povos, línguas, população, terras, escolas, professores e estudantes indígenas. | 5.000 |
| As leis e a educação escolar indígena | Compilação da legislação educacional brasileira que trata do direito dos povos indígenas à educação bilíngüe e diferenciada. | 5.000 |
| Caderno de Registro | Destinado ao professor indígena para registrar suas sínteses das atividades desenvolvidas, questionamentos, propostas e conclusões. | 4.500 |
| Caderno de Apresentação | Destaca as finalidades, expectativas de aprendizagem e conteúdos trabalhados em todo o Programa. | 5.000 |
| Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (reimpressão) | | 3.000 |

Além do material especificado acima, serão produzidos os seguintes materiais para divulgação do Programa :

1.5- PARÂMETROS EM AÇÃO - POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PNLD EM AÇÃO

Complementando a avaliação pedagógica dos livros didáticos, o Ministério da Educação propôs intensificar o debate sobre a qualidade e o papel do livro didático nas ações de escolha consciente e uso crítico deste recurso didático-pedagógico pelos professores. Em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação, em especial as já envolvidas com o Programa Parâmetros em Ação, a SEF deu início ao programa Política do Livro Didático em Ação.- PNLD em Ação por meio de:

DIAGNOSTICO DA SITUAÇÃO LOCAL (quanto a escolha do livro didático)

REALIZAÇÃO DE OFICINAS DE ESCOLHA: PNLD/2002 – 5ª A 8ª SÉRIE;

ORIENTAÇÃO ÀS ESCOLAS PARA USO DO LIVRO DIDÁTICO

No período de 27 a 29 de março de 2001, realizou-se em Brasília, o Encontro Nacional sobre o PNLD em Ação, com o objetivo de apresentar às Secretarias estaduais e municipais de educação as ações do programa, estabelecer as bases de parcerias com as instituições envolvidas e efetuar um diagnóstico inicial da situação das cinco macrorregiões.

Foram realizadas, no primeiro semestre, oficinas para a escolha do livro didático referente ao PNLD 2002 - 5ª a 8ª série, para que os profissionais das secretarias de educação envolvidas pudessem desenvolver em suas redes ações locais para este fim.

Encontros Regionais do PNLD em Ação – 2001

| Local de Realização | Estados Participantes | N.º de Professores Participantes |
|----------------------------|---|---|
| Goiânia | Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba, Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. | 72 |
| Fortaleza | Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Bahia, Maranhão, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo | 144 |
| Total | | 216 |

Fonte: SEF/DPE/COMDIPE

Como desdobramento dessas oficinas regionais, vários estados e municípios realizaram, com a participação da SEF, oficinas locais voltadas para o conjunto de especialistas, professores e demais educadores envolvidos no processo de escolha.

1.6 – FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NAS ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Os projetos educacionais dos municípios que possuem áreas remanescentes de quilombos apresentaram, como linha norteadora, temas ligados aos Parâmetros Curriculares Nacionais e, dentre eles, foram tratadas as questões vivenciadas nas comunidades, tais como a educação, a saúde, o trabalho e a produção, hábitos e costumes, a religiosidade, as festas e crenças, para ser trabalhado na formação de professores

No que tange aos projetos educacionais financiados pelo MEC, 13 prefeituras municipais elaboraram e encaminharam projetos de formação continuada de professores, que foram submetidos à análise documental do FNDE e à análise de mérito da SEF, com recursos estimados no valor de R\$ 200.000,00, que beneficiarão 514 professores do Ensino Fundamental, que lecionam em aproximadamente 47 comunidades remanescentes de quilombos.

Das 13 Prefeituras Municipais que encaminharam projetos, apenas 03 Prefeituras não tiveram condições de se habilitar para assinar o convênio, por falta de documentos legais exigidos pela legislação orçamentária e financeira.

Segue abaixo a relação de municípios que encaminharam projetos para formação de professores:

| UF | Municípios |
|----|-----------------------|
| BA | Barreiras |
| | Bom Jesus da Lapa |
| | Carinhanha |
| | Sítio do Mato |
| | Souto Soares |
| GO | Cavalcante |
| | Monte Alegre de Goiás |
| | Teresina de Goiás |
| MA | Codó |
| | Itapecuru-Mirim |
| PE | Salgueiro |
| RJ | Paraty |
| RS | Osório |

Fonte: SEF/DDSE

1.7 – CONGRESSO BRASILEIRO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO – FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O primeiro **Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação – Formação de Professores** foi realizado em Brasília, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, no período de 15 a 19 de outubro de 2001, e promovido e organizado pela Secretaria de Educação Fundamental/SEF.

O *Congresso* tratou em seus simpósios, painéis, atividades paralelas e oficinas, de uma das principais variáveis que interferem na qualidade do ensino e da aprendizagem, qual seja, a *formação continuada de professores*, buscando propiciar, aos educadores e profissionais da área, informações e conhecimentos relevantes para subsidiá-los em sua prática.

ABRANGÊNCIA

O primeiro **Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação – Formação de Professores** reuniu, principalmente, representantes de municípios que estão implementando, em seus sistemas de ensino, políticas de formação continuada propostas pelo MEC – “*Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado ‘Parâmetros em Ação’*” e *Programa de Formação de Professores Alfabetizadores - PROFA*. Entre estes representantes de Municípios, bem como autoridades, especialistas e representantes de Organizações Não Governamentais, o evento atingiu um público em torno de 3.000 (três mil) participantes.

Entre Simpósios, Painéis e Oficinas, o **Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação – Formação Professores**, foi estruturado da seguinte forma:

| Atividades Realizadas | | | | |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|------------------|
| Dias | Simpósios | Painéis | Oficinas | Total Atividades |
| 16 | 11 | 9 | 11 | 31 |
| 17 | 8 | 14 | 9 | 31 |
| 18 | 16 | 12 | 12 | 40 |
| 19 | 5 | 1 | - | 6 |
| Total | 40 | 36 | 32 | 108 |

Fonte: Comissão Científica e Comissão Organizadora do Congresso

CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS

DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES POR CATEGORIA

| | |
|---|--------------|
| Inscritos | 2.870 |
| Presentes | 2.456 |
| Ausentes | 414 |
| Convidados(*) | 444 |
| Total Geral (Presentes+Ausentes+Convidados) | 3314 |

(*)Palestrantes, Paineleistas ou Relatores de Experiência, Oficineiros e Coordenadores de Mesa. Estiveram presentes 21 convidados internacionais.

Distribuição das atividades previstas e apresentadas/entregues por segmento

| Segmentos | Simpósios | | Painéis | | Oficinas | | Total | |
|---------------------------|-----------------|-----------|------------------|-----------|------------------|-----------|------------|------------|
| | (n.º de papers) | | (n.º de relatos) | | (n.º de ementas) | | | |
| | Previstos | Entregues | Previstos | Entregues | Previstos | Entregues | Previstos | Entregues |
| Ensino Fundamental | 51 | 37 | 38 | 27 | 12 | 7 | 101 | 71 |
| PNLD | 12 | 9 | 4 | 4 | 5 | 5 | 21 | 18 |
| EJA | 14 | 11 | 9 | 8 | 5 | 5 | 28 | 24 |
| Educação Ambiental | 17 | 15 | 9 | 9 | 6 | 6 | 32 | 30 |
| Educação Indígena | 17 | 12 | 50 | 38 | 4 | 3 | 71 | 53 |
| Educação Infantil | 5 | 4 | 10 | 8 | – | – | 15 | 12 |
| Total | 116 | 88 | 120 | 94 | 32 | 26 | 268 | 208 |

Fonte: SEF/DPE/COEF

2- PROGRAMA DE APRIMORAMENTO DE MATERIAIS DISPONIBILIZADOS PARA AS ESCOLAS

2.1 – AVALIAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE 1ª a 4ª e 5ª a 8ª SÉRIE

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DO PNLD/2002 – 5ª A 8ª SÉRIE

Ao contrário das avaliações anteriores, no PNLD 2002 foram inscritas e avaliadas coleções - e não livros isoladamente -, com o objetivo de possibilitar um trabalho pedagógico mais integrado, articulado e coerente. Ainda do ponto de vista qualitativo, verificou-se uma sensível elevação na qualidade dos livros inscritos: a ocorrência de erros graves é menor, e preconceitos e propagandas já não são mais tão recorrentes

Pela primeira vez, a avaliação pedagógica foi realizada por universidades públicas: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), sob supervisão da SEF/MEC. Essas Universidades foram responsáveis, respectivamente pela avaliação nas áreas de Língua Portuguesa (incluindo Livros de Alfabetização e Dicionários de Língua Portuguesa), Ciências, Matemática e História e Geografia. A institucionalização do processo de avaliação foi de fundamental importância tanto para o seu aprimoramento e socialização, quanto para o estímulo ao interesse da pesquisa universitária sobre o livro didático, o que, sem dúvida, incidirá sobre a formação de professores, sobre sua prática em sala de aula, e sobre o próprio desenvolvimento do processo de avaliação.

No que se refere ao aspecto quantitativo, foram avaliadas no PNLD/2002 104 coleções. Segue abaixo o quadro demonstrativo dos resultados da avaliação.

Avaliação de Livros Didáticos de 5ª a 8ª Séries
QUADRO DEMONSTRATIVO
PNLD/2002

Distribuição por Área

| ÁREA | Mencão | Coleções Inscritas | Classificação PNLD/2002 | | | |
|-------------------|--------|--------------------|-------------------------|-----------|-----------|-----------|
| | | | RD | REC | RR | EX |
| Língua Portuguesa | | 36 | 0 | 9 | 13 | 14 |
| Matemática | | 17 | 3 | 5 | 5 | 4 |
| Ciências | | 18 | 0 | 0 | 6 | 12 |
| História | | 20 | 1 | 1 | 15 | 3 |
| Geografia | | 13 | 0 | 3 | 4 | 6 |
| Total | | 104 | 4 | 18 | 43 | 39 |

Fonte: MEC/SEF/COMDIPE

RD – Recomendado com Distinção

REC – Recomendado

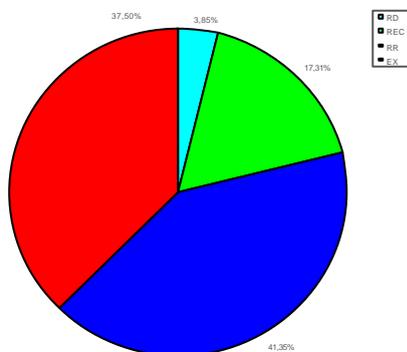
RR – Recomendado com Ressalvas

Ex - Excluído

QUADRO DEMONSTRATIVO
PNLD/2002

Distribuição por Categoria

| Coleções Avaliadas | Recomendadas | | | Excluídas | |
|--------------------|--------------|-----|----|-----------|--------|
| | RD | REC | RR | RD | REC |
| 104 | 4 | 18 | 43 | 39 | 37,50% |



RD – Recomendado com Distinção

REC – Recomendado

RR – Recomendado com Ressalvas

Ex - Excluído

AÇÕES COMPLEMENTARES COM VISTAS AO APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO DIDÁTICO

PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DO DOCUMENTO :

“ Recomendações para uma Política Pública de Livros Didáticos”

O objetivo do documento é difundir junto à comunidade educacional o resultado da análise realizada pela SEF, sobre o desenvolvimento do Programa Nacional do Livro Didático e o conjunto de conclusões e recomendações com vistas ao aprimoramento das políticas públicas do livro didático no país.

Foram distribuídos, no decorrer do primeiro semestre de 2001, 5.000 exemplares dessa publicação, aos profissionais que participaram, direta ou indiretamente, das discussões que precederam a sua elaboração, bem como a interessados na questão do livro didático.

MONTAGEM DE BANCO DE DADOS DO PNLD DE 1995 A 2002

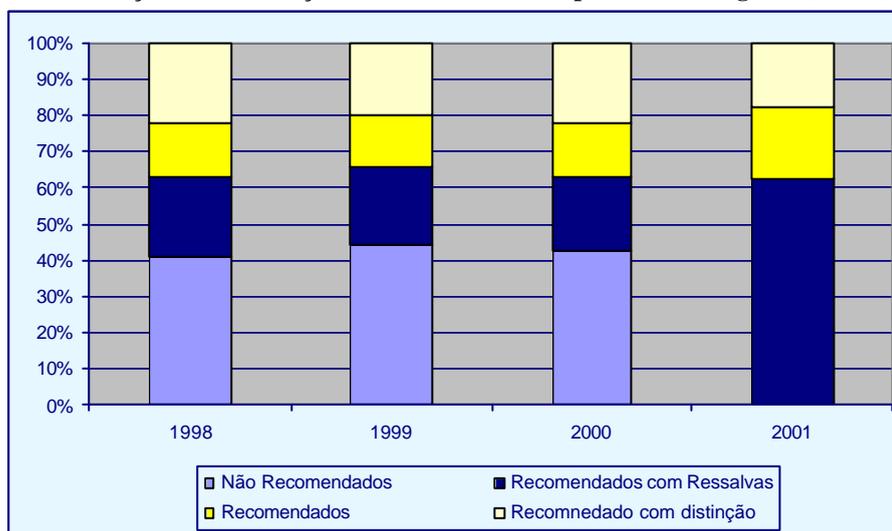
Trata-se de um documento que descreve o resultado das avaliações realizadas e das escolhas dos professores, na série histórica do PNLD (1997,1998,1999,2000/2001,2002 e 2004), analisando os avanços e problemas detectados no decorrer desses processos. Esse documento tem por objetivo fornecer subsídios para uma melhor compreensão do programa e para possíveis reordenamentos de ordem política e de gestão.

DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA:

“Os professores e a escolha dos livros didáticos”

O objetivo dessa investigação é descrever os padrões das escolhas docentes de livros didáticos de 1ª a 4ª série, no quadro do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), assim como os principais fatores que condicionam essas escolhas. Durante o ano de 2001, as Universidades Federais de Minas Gerais e de Pernambuco (UFMG e UFPE), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP) elaboraram, após reuniões com a Secretaria de Educação Fundamental/SEF, o projeto de pesquisa sobre a escolha do livro didático. A partir daí foram realizados estudos de caso de natureza exploratória, consolidação dos dados e análise, cujos resultados serão divulgados no decorrer do ano de 2002. Pode-se verificar, pelo gráfico abaixo, os padrões das escolhas, ao longo de todo o período de 1998 a 2001:

Distribuição das solicitações de livros de 1ª a 4ª por ano e categoria (em %)



Fonte: MEC/SEF/DPE/COMDIPE

Observa-se um predomínio de solicitações de obras que receberam a menção mais baixa nas avaliações de 1998 e 2001; uma estabilidade das solicitações de obras mais bem conceituadas, se agrupam as categorias *Recomendadas com Distinção* e *Recomendadas*; uma diminuição das solicitações de obras que receberam a menção *Recomendados com Distinção* e um aumento da solicitação de obras *Recomendadas*. Além desse objetivo de ordem eminentemente pedagógica de descrever o movimento das escolhas dos professores, é também meta desse estudo oferecer subsídios para o planejamento e a execução da avaliação do PNLD/2004 e de ações de formação docente, por meio do Programa PNLD em Ação.

PROJETO DE LEI SOBRE O LIVRO ESCOLAR

Um dos maiores desafios do PNLD é consolidar como uma política de Estado a prática da avaliação dos livros, que constitui uma incontestável conquista no campo da qualidade da educação. Para isso, nesse ano de 2001, a SEF juntamente com o FNDE elaborou e encaminhou à Assessoria Parlamentar do MEC, para gestão junto ao Congresso Nacional, o projeto, ora em tramitação, que estabelece as novas bases da política do livro escolar.

2.2 – FOMENTO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA - PNBE/2001

O Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE tem por objetivo distribuir obras de literatura, de referência, livros infanto-juvenis, periódicos e demais obras de apoio à formação do professor. Os recursos para a produção e aquisição dessas obras são disponibilizados pelo FNDE (dados referentes a quantitativo de obras distribuídas e montante de recursos poderão ser obtidos junto ao FNDE), cabendo à SEF a avaliação e seleção do material apresentado pelas editoras. Para a avaliação das obras que compuseram o acervo do PNBE 2001, coube à SEF indicar os integrantes da Comissão Técnica, instituída pela Portaria nº1958, orientar os trabalhos de elaboração do edital, critérios e ficha de avaliação e supervisionar as atividades de seleção e avaliação das obras, até a divulgação do resultado final.

Para tanto, foi instituído, Colegiado, formado por representantes das secretarias de educação estaduais e municipais, do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação/CONSED e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação/UNDIME que, sob a coordenação da Comissão Técnica, avaliou e selecionou, no período de 20 a 23 de novembro de 2001, em São Paulo, as coleções que serão distribuídas. A cada um dos alunos matriculados nas 4ª e 5ª série do ensino fundamental e às suas escolas uma coleção composta por cinco volumes (poesia, conto, novela, obra clássica da literatura universal e teatro ou texto de tradição popular). Essa iniciativa chega a beneficiar a quase totalidade do universo de escolas do ensino fundamental, rompe com a prática historicamente adotada de se fazer o atendimento por faixa de matrícula, o que tradicionalmente atendia as escolas com um número maior de alunos, em sua maior parte urbanas. As escolas da zona rural, que correspondem a mais de 60% do universo, até então situavam-se à margem do atendimento do Programa, tornando ainda mais restritas as possibilidades de inserção dos alunos dessas escolas no mundo da escrita. Além disso, o fato de os alunos receberem para si um conjunto de obras, estendendo seu uso para o ambiente familiar e comunitário, amplia o espaço de sociabilidade em torno do livro. O impacto sociocultural de tal ação é de grande relevância por contribuir para a diminuição das desigualdades de oportunidades de acesso a esse bem.

2.3 – PROGRAMA DE APOIO À EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Programa de Capacitação em Educação Escolar Indígena para Técnicos Governamentais

O Programa tem por objetivo principal, capacitar os técnicos das Secretarias Estaduais de Educação para que os mesmos contribuam na gestão de um modelo próprio de escola, que atenda as demandas de escolarização dos povos indígenas, valorize seus saberes e as línguas e lhes forneça elementos para um melhor convívio com os demais segmentos da sociedade brasileira lutando pelo respeito e pela valorização da diversidade cultural.

Este programa vem sendo desenvolvido nos estados, em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação interessadas em propiciar uma qualificação profissional para seus técnicos que trabalham com a educação escolar indígena. O Programa de Capacitação terá um total de 80 horas, distribuídas em dois módulos de 40 horas cada.

Para tanto, vários materiais foram utilizados, conforme quadro abaixo:

| Materiais | Qtd. enviada |
|---|---------------------|
| Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas | 232 |
| Temática Indígena na Escola | 232 |
| Caderno de textos do módulo I | 1054 |
| Anexo do Caderno de Textos do módulo I | 664 |
| Caderno de textos do módulo II | 220 |
| Livro "Índios" de autoria da Profª Aracy Lopes | 1054 |
| "Kits" Índios no Brasil | 1054 |

Cronograma de atividades do Programa de Capacitação em Educação Escolar Indígena para Técnicos Governamentais realizadas em 2001:

| Cidade/Estado | Nº de CAPACITADOS |
|-----------------------------|--------------------------|
| Porto Velho/RO | 45 |
| Rio Branco/ AC | 25 |
| Cuiabá/MT | 80 |
| Recife/PE | 50 |
| João Pessoa/PB | 30 |
| Balneário Camboriu/SC | 40 |
| Salvador/BA-SE | 40 |
| São Luís/MA | 25 |
| Manaus/AM | 72 |
| Macapá/AP | 40 |
| Goiânia/GO | 15 |
| Palmas/TO | 15 |
| Angra dos Reis/RJ | 40 |
| Bejamim Constant/AM | 30 |
| Campo Grande/MS | 80 |
| Belém/PA | 31 |
| São Gabriel da Cachoeira/AM | 35 |
| Vitória/ES | 45 |
| Fortaleza/CE | 40 |
| Eirunepé/AM | 15 |
| Boa Vista/RR | 31 |
| TOTAL | 824 |

CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS

No final do ano de 2000, foram aprovados, após análise quanto ao mérito, projetos para capacitação de recursos humanos, com execução para o ano 2001. Esses projetos receberam da SEF/MEC, apoio técnico e financeiro para sua execução, conforme quadro a seguir:

Projetos de Capacitação Financiados pelo MEC e em parceria com as ONGs, Universidades e Organizações Indígenas

| Cursos | Estado | Proponente | Prof.capacitados |
|---|---------------|--|-------------------------|
| Projeto de Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu para o Magistério 12ª e 13ª etapas | MT | ISA – Instituto Socioambiental | 55 |
| Capacitação do Professores indígenas do Médio Solimões | AM | UNI-TEFÉ – União das Nações Indígenas de Tefé | 45 |
| Capacitação Continuada de Professores Kaiowá/Guarani em Exercício nas Escolas Localizadas nas Áreas Indígenas | MS | UCDB – Universidade Católica Dom Bosco | 80 |
| Curso de Capacitação de Professores Ticuna | AM | Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües – OGPTB | 225 |
| Curso de Capacitação de Professores Ticuna | AM | Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües – OGPTB | 220 |
| Curso de Capacitação Teórico Prático para a Pesquisa, Resgate e Elaboração de Materiais Didáticos sobre o Patrimônio Cultural Kaingang | SC | UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina | 68 |
| XI Curso de Formação de Professores Timbira | MA | CTI - Centro de trabalho Indigenista | 55 |
| Projeto de Formação de Professores Mebengôkre e Panará | MT | Associação IPREN-RE de Defesa do Povo Mebengôkre | 36 |
| XVIII Curso de Formação de Professores Waiãpi | AP | CTI - Centro de Trabalho Indigenista | 10 |
| Curso de Formação dos Professores Indígenas do Estado do Tocantins | TO | Secretaria de Educação do Estado de Tocantins | 121 |
| Educação Ambiental e a Terra dos Terena | MS | CTI - Centro de Trabalho Indigenista | 46 |
| Oficina Pedagógica do Projeto Formação continuada de Professores Guarani Nhandeva nas Comunidades de Ocoy (Município de São Miguel do Iguaçú/PR) e Tekoa Añetete (Município de Diamante do Oeste) | PR | UNIPAR – Universidade Paraense | 08 |
| Curso: Teoria e prática em alfabetização – II/Formação Continuada de Professores Kaingang em Inhacorá e Votouro - Etapa 2001 | RS | ALB | 20 |
| Programa de Educação Wajãpi – XX Curso de Formação de Professores | AP | CTI – Centro de Trabalho Indigenista | 10 |
| Projeto de Formação para Professores Indígenas e não - Indígenas nas Reservas Indígenas da Região de Londrina e de Guarapuava | PR | APEART – Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário | 60 |
| Projeto Maruai | RR | OPIR – Organização do Professores Indígenas de Roraima | 40 |
| TOTAL | | | 1099 |

2.4 – PROGRAMA DE APOIO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

PROGRAMA RECOMEÇO – SUPLETIVO DE QUALIDADE

Programa implantado pelo MEC em 2001, caracteriza-se como uma política de ampliação da oferta em Educação de Jovens e Adultos nos estados e municípios mais pobres do país. Busca contribuir para o enfrentamento do analfabetismo e da baixa escolaridade nos bolsões de pobreza do país, que concentram a maior parte da população que não teve acesso ou que foi excluída da escola antes de completar as oito séries correspondentes ao Ensino Fundamental.

O Programa consiste em apoio financeiro aos governos estaduais e municipais, de R\$ 230,00(duzentos e trinta reais), por aluno registrado no Censo Escolar do ano anterior, em cursos presenciais com avaliação no processo.

Para o exercício de 2001, foram orçados 187,7 milhões de reais para atender os municípios e os estados do Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Tocantins, que possuem um índice de Desenvolvimento Humano – IDH igual ou inferior a 0,500, contemplados no Projeto Alvorada. O Programa atende também em outros nove estados, 390 municípios situados em microregiões baseadas no mesmo IDH, o qual foi estabelecido pelas Nações Unidas tendo como base três critérios para avaliar o desenvolvimento dos povos: expectativa de vida, renda per capita e escolaridade da população.

A parceria entre o Ministério da Educação e os Governos Estaduais e Municipais visa oferecer oportunidade educacional aos poucos ou não escolarizados, assegurar a continuidade dos estudos dos egressos do Programa Alfabetização Solidária e institucionalizar a Educação de Jovens e Adultos como política pública no sistema de ensino, assegurando o direito a um ensino de qualidade, reduzindo a evasão escolar e resgatando a dívida social com uma parcela significativa da população, na faixa etária de 15 anos ou mais.

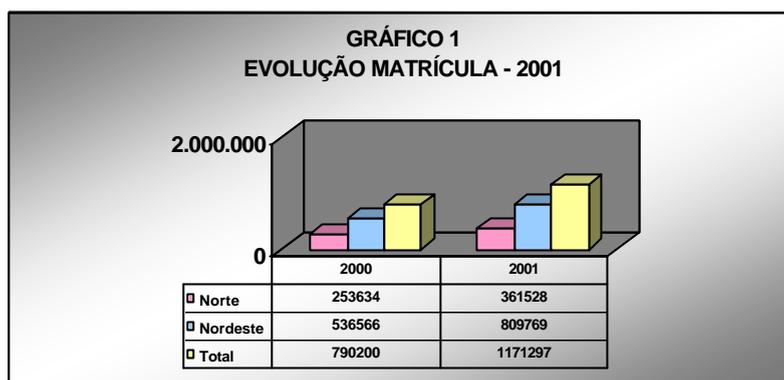
IMPACTO DO PROGRAMA NA OFERTA DE VAGAS

Conforme dados preliminares do Censo Escolar de 2001, realizado pelo INEP, houve um crescimento na matrícula de Educação de Jovens e Adultos-EJA, de 37,4% em todo o país. Entretanto é nas regiões Norte e Nordeste, abrangências do Programa Recomeço que se verifica o crescimento de 50% e 58% respectivamente. Além do crescimento da matrícula observa-se a considerável ampliação do atendimento pelas redes municipais, como pode se verificar nos quadros abaixo.

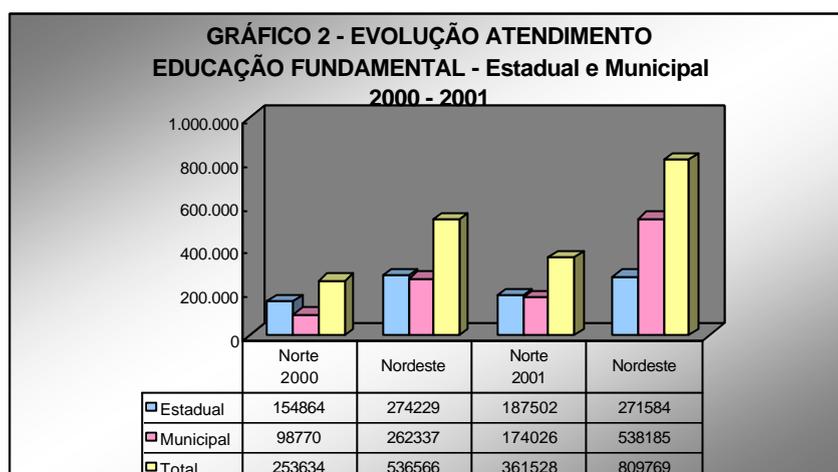
TABELA 1 – EVOLUÇÃO MATRÍCULA INICIAL COM AVALIAÇÃO NO PROCESSO ENSINO FUNDAMENTAL 1ª A 8ª - ABRANGÊNCIA – PROGRAMA RECOMEÇO – SUPLETIVO DE QUALIDADE

| | 2000 | | | 2001 | | |
|-----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| | Estadual | Municipal | Total | Estadual | Municipal | Total |
| Norte | 154.864 | 98.770 | 253.634 | 187.502 | 174.026 | 361.528 |
| AC | 16.658 | 2.953 | 19.611 | 31.248 | 11.647 | 42.895 |
| PA | 102.745 | 84.197 | 186.942 | 98.684 | 134.409 | 233.093 |
| RO | 28.970 | 6.062 | 35.032 | 20.559 | 9.886 | 30.445 |
| RR | 6.164 | 551 | 6.715 | 13.824 | 2.494 | 16.318 |
| TO | 327 | 5.007 | 5.334 | 23.187 | 15.590 | 38.777 |
| Nordeste | 274.229 | 262.337 | 536.566 | 271.584 | 538.185 | 809.769 |
| AL | 17.473 | 17.111 | 34.584 | 29.752 | 48.105 | 77.857 |
| BA | 160 | 2.487 | 2.647 | 83 | 10.097 | 10.180 |
| CE | 42.510 | 78.824 | 121.334 | 24.918 | 123.943 | 148.861 |
| MA | 33.254 | 38.522 | 71.776 | 31.176 | 85.808 | 116.984 |
| PB | 31.308 | 11.550 | 42.858 | 28.051 | 33.930 | 61.981 |
| PE | 57.988 | 72.169 | 130.157 | 59.014 | 111.820 | 170.834 |
| PI | 19.572 | 7.116 | 26.688 | 22.953 | 56.129 | 79.082 |
| RN | 49.316 | 22.112 | 71.428 | 52.948 | 48.736 | 101.684 |
| SE | 22.648 | 12.446 | 35.094 | 22.689 | 19.617 | 42.306 |
| Total | 429.093 | 361.107 | 790.200 | 459.086 | 712.211 | 1.171.297 |

Fonte: MEC/INEP/SEEC - Censo Escolar 2001



Fonte: MEC/INEP/SEEC - Censo Escolar 2001



Fonte: MEC/INEP/SEEC - Censo Escolar 2001

Em resposta positiva dada pelos sistemas de ensino municipal, em pouco tempo – de outubro de 2000 a março de 2001, 05 meses antes do Censo Escolar de 2001 – permite constatar a disposição dos municípios tanto em implantar como em ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos em suas redes.

Historicamente, a oferta em EJA foi assumida principalmente pelas redes estaduais. Porém, esta oferta não é suficiente para atender toda demanda. A legislação que embasa esta área – Constituição Federal de 1988, LDBEN 93/94, Diretrizes Curriculares Nacionais, explicitam a responsabilidade das instancias governamentais. A EJA, como modalidade da Educação Fundamental, é de responsabilidade prioritária dos municípios.

Pode-se observar que com a implantação do Recomeço, o Governo Federal, por meio do MEC, fortaleceu a parceria com os governos municipais e estaduais e estimulou municípios localizados nos bolsões de pobreza do país, onde encontram-se os maiores índices de analfabetismo, a assumir esta modalidade no conjunto de suas políticas.

Embora o crescimento das matrículas nos cursos de Educação de Jovens e Adultos nos sistemas municipais de educação seja um fator positivo, há dois grandes problemas a serem enfrentados:

- . a precariedade da formação inicial dos professores – existe um elevado número de professores leigos, principalmente nas zonas rurais que concentram um maior número de analfabetos –
- . e o baixo investimento das Universidades na produção de material didático e oferta de cursos de formação.

Visando a superação desses problemas, além do apoio financeiro, o MEC oferece apoio técnico por meio de ações de desenvolvimento profissional continuado dos professores, articulado a outros programas da SEF, visando não só a expansão do atendimento, como a qualidade da oferta.

2.5 - PROGRAMA DE APOIO À EDUCAÇÃO INFANTIL

Este Programa visa subsidiar a organização político-pedagógica-administrativa das redes de ensino bem como garantir a articulação das ações no âmbito da Educação Infantil com outras instâncias governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, que atuam junto a criança de 0 a 6 anos de idade, tendo em vista a não fragmentação e racionalização das ações.

Seu desenvolvimento vem se dando em duas vertentes: pedagógica e política.

A vertente pedagógica inclui, além da atuação na formação de professores por meio do Programa Parâmetros em Ação, orientações sobre planejamento, avaliação e demais conteúdos tratados dentro e fora do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)..

A vertente política diz respeito às ações que visam orientar os municípios no cumprimento da legislação em relação a organização dos sistemas de ensino e dos Conselhos Municipais de Educação, propostas pedagógicas, programas de formação de professores leigos que atuam na Educação Infantil, passagem das creches da assistência para a educação e financiamento da Educação Infantil.

Além dessas ações a SEF participa de articulações com outras instituições. A mais efetiva e sistemática ocorre com o Comitê da Primeira Infância, criado em 27 de Dezembro de 2000, por meio de decreto presidencial. Este Comitê reúne Órgãos governamentais, não governamentais e organismos internacionais diversos visando fortalecimento, dinamização, ampliação e melhoria da qualidade da educação infantil no mundo (vide quadro abaixo).

| Mês | UF | Local | Evento | Promotor | Participantes |
|-----|---------|------------------|---|---|---|
| Mar | PR | Maringá | Reunião com Secretários sobre incorporação das creches aos sistemas de Ensino | Secretaria Municipal de Educação | Secretários Municipais de Educação |
| Mai | DF | Brasília | 1º Seminário para construção da rede ibero-americana de Informações e comunicação em torno da Temática de Educação Infantil | Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI | Representantes das áreas de Educação inicial dos países ibero-americanos |
| Mar | PR | Maringá | Reunião com Secretários sobre incorporação das creches aos sistemas de ensino | Escola de Aplicação da UEM | Secretários Municipais de Educação e Coordenadores de Educação Infantil |
| Abr | DF | Brasília | Reunião Plenária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente | CONANDA/ Ministério da Justiça | Membros do CONANDA, Gerência de 0 a 6 do MPAS e MEC/SEF/COEDI |
| Abr | DF | Brasília | 8º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação | UNDIME | Secretários Municipais de Educação |
| Mio | DF | Brasília | 1º Seminário para a Constituição da Rede Ibero-americana de Informação e Comunicação sobre Educação Infantil | OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos | Responsáveis pela Educação infantil dos Ministérios de Educação dos países Ibero-americanos |
| Jun | DF | Brasília | Audiência Pública na Comissão de Educação da Câmara Legislativa Federal sobre Educação Infantil | Câmara Legislativa Federal | Deputados Federais |
| Ago | DF | Brasília | Reunião Técnica com a Missão sobre Primeira Infância da UNESCO/Paris | UNESCO | UNESCO, OECD, USAID, UNICEF, MEC, MPAS, MS, CONSED, UNDIME, OMEP, F. Orsa, ANDI, Pastoral da Criança, |
| Out | CE | Maracanaú | XI Encontro Nacional da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação | União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação | Prefeitos, secretários e conselheiros municipais de Educação e lideranças nacionais |
| Nov | Espanha | Madrid/ Valência | Programa de Cooperação Educativa com os países Ibero-americanos | Ministério da Educação da Espanha e OEI | Responsáveis pela Educação Infantil nos países ibero-americanos |

Fonte: SEF/DPE/COEDI

3 - PROGRAMA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E PARADIDÁTICO

3.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL

REVISTA CRIANÇA

A Revista Criança teve sua primeira edição em maio/junho de 1982, com o objetivo de incentivar a produção e divulgação de conhecimentos e experiências, oferecendo suporte teórico e apoiando a prática pedagógica do profissional de Educação Infantil.

Distribuição no período de 1995 a 2001

| Ano | Edição | N.º de exemplares distribuídos |
|--------------|--------|--------------------------------|
| 1995 | 28 | 95.000 |
| 1996 | 29 | 120.000 |
| 1997 | 30 | 130.000 |
| 1998 | 31 | 130.000 |
| 1999 | 32 | 120.000 |
| 2000 | 33 | 150.000 |
| 2001 | 34 | 150.000 |
| Total | | 895.000 |

Fonte: MEC/SEF

No primeiro semestre do ano em curso foi publicada a Revista nº 34, com uma tiragem de 150.000 exemplares distribuídos aos professores, Secretarias de Educação, universidades e outras instituições ligadas à educação infantil.

A Revista Criança nº 35 encontra-se em fase de edição e será distribuída no início do exercício de 2002.

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL – RCNEI

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, editado em 1998, é um subsídio para o debate e a reflexão sobre a educação infantil, de forma a contribuir para a elaboração de políticas públicas, a melhoria da formação do professor e a realização de práticas pedagógicas na área. Compõe-se de 3 volumes e está organizado em torno de dois âmbitos de experiência da criança: Formação Pessoal e Social e Conhecimento do Mundo.

Tem como público alvo os professores de educação infantil. Com a expansão do Programa Parâmetros em Ação, o MEC precisou reproduzir uma tiragem complementar de 20.000 exemplares.

3.2 – EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Implementado em âmbito nacional, o *Programa de Aceleração da Aprendizagem* consiste em apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no sentido de oferecer aos alunos de 1ª a 4ª série que se encontram defasados em relação à idade regular de matrícula, a oportunidade de retomar, com sucesso, seus estudos.

Assim, a SEF, ao orientar os sistemas de ensino na elaboração de seus Programas de Trabalho Anuais (PTA), objetivando o apoio financeiro do MEC, via FNDE, inclui a Aceleração da Aprendizagem como ação para obtenção do citado apoio, o qual envolve a capacitação de professores para atuar nas classes específicas e a reprodução do material didático.

Durante o ano de 2001, foi atendida a demanda do público, o mais diferenciado, para aquisição do CD-ROM, composto de material didático próprio ao Programa de Aceleração da Aprendizagem:

DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL/ACELERAÇÃO - 2001

| PÚBLICO DIFERENCIADO | Nº DE CONJUNTOS DE CD-ROM |
|--|----------------------------------|
| ESCOLAS ESTADUAIS | 1 |
| PREFEITURAS | 11 |
| SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO (ESTADUAIS E MUNICIPAIS) | 18 |
| SETORES DO MEC | 8 |
| PESSOAS FÍSICAS | 11 |
| UNIVERSIDADES FEDERAIS | 10 |
| UNIVERSIDADES PRIVADAS | 7 |
| ESCOLAS DO DF | 2 |
| PARLAMENTARES | 1 |
| FUNAI | 2 |
| TOTAL | 71 |

Fonte: SEF/DPE/COEF

OUTROS MATERIAIS - DIDÁTICOS E PARADIDÁTICOS

Com a preocupação de continuar disponibilizando aos sistemas de ensino “material didático e paradidático” de qualidade, a SEF, no ano de 2001 distribuiu para um público diversificado do ensino fundamental, documentos dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* para o *Ensino Fundamental*, o *Referencial para Formação de Professores*, o conjunto de fitas de *vídeo*, que integram o Programa Parâmetros em Ação, bem como o conjunto de materiais referentes ao tema *Ética e Cidadania*, totalizando quase 18.000 unidades.

DISTRIBUIÇÃO DE OUTROS MATERIAIS/ 2001

| Público diferenciado | PCN de 1ª à 4ª | PCN de 5ª à 8ª | Referencial para formação | Kit de fitas do PCN em Ação | Ética e Cidadania | Total Geral |
|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------------------|------------------------------------|--------------------------|--------------------|
| Sec. Municipal | 404 | 543 | 979 | 21 | | 1947 |
| Set. do MEC | 47 | 25 | 83 | 24 | 10 | 189 |
| Pessoas Físicas | 1969 | 2471 | 250 | 113 | 100 | 4903 |
| Univ. Federais | 25 | 100 | 31 | 2 | | 158 |
| Esc. Municipais | 70 | 4 | 115 | 15 | | 204 |
| Esc. Estaduais | 42 | 161 | | 1 | 100 | 304 |
| Prefeituras | 128 | 361 | 1 | 4 | 1 | 495 |
| Secr. Estadual | 200 | 2048 | 169 | 3 | 100 | 2520 |
| Univ. Privadas | | 5 | | 4 | | 9 |
| Escolas do DF | | | | 4 | 2 | 6 |
| Parlamentares | | | | 3 | | 3 |
| Coord. do PCN | 1429 | 4240 | 291 | 1 | 5 | 5966 |
| Sec. Educ. DF | 50 | 1000 | 160 | | 34 | 1244 |
| Total Geral | 4364 | 10958 | 2079 | 195 | 352 | 17948 |

Fonte: SEF/DPE/COEF

3.3 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A SEF vem disponibilizando material didático e paradidático adequados a essa modalidade de ensino às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Estes mesmos materiais são distribuídos aos Coordenadores Gerais e de Grupos integrantes do Programa Parâmetros em Ação em EJA, como subsídio ao trabalho que desenvolvem na formação de professores.

Os quadros abaixo trazem o quantitativo de exemplares distribuídos no ano de 2001.

Distribuição no âmbito dos Parâmetros em Ação

| Materiais | Programa de Formação Continuada |
|---|--|
| Proposta Curricular | 4173 |
| Viver, Aprender - 1 | 4103 |
| Viver, Aprender - 2 | 2029 |
| Viver, Aprender - 3 | 2026 |
| Viver, Aprender - 4 | 1999 |
| PCN em Ação/EJA | 4115 |
| PCN Alfabetização | 3679 |
| PCN 5ª A 8ª | 105 |
| Salto para o Futuro | 1832 |
| Referenciais para Formação de Professores | 1691 |

Fonte: COEJA/SEF/MEC

Atendimento a demanda dos Sistemas de Ensino

| Materiais Solicitados | Sistemas de Ensino |
|--|---------------------------|
| Proposta Curricular | 996 |
| Viver, Aprender - 1 | 907 |
| Viver, Aprender - 2 | 874 |
| Viver, Aprender - 3 | 879 |
| Viver, Aprender - 4 | 317 |
| PCN em Ação/EJA | 250 |
| KIT/EJA | 193 |
| Por Uma Educação não Discriminatória de Jovens e Adultos | 109 |
| Salto para o Futuro | 758 |

Fonte: SEF/DPE/COEJA

REPRODUÇÃO MATERIAIS DIDÁTICOS

No exercício de 2001, com a finalidade de atender solicitações dos sistemas de ensino, foi autorizada reprodução dos documentos:

| VIVER, APRENDER - 1 | | | | VIVER, APRENDER - 2 | | | VIVER, APRENDER - 3 | | | VIVER, APRENDER - 4 | |
|----------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------------|---------------------|---------------------|----------------------------|---------------------|---------------------|----------------------------|---------------------|
| Guia Educador | Módulo 1 e 2 | Módulo 3 e 4 | Módulo 5 e 6 | Guia Educador | Módulo 1 e 2 | Módulo 3 e 4 | Guia Educador | Módulo 1 e 2 | Módulo 3 e 4 | Guia Educador | Módulo 1 e 2 |
| 1720 | 1900 | 1650 | 2140 | 1550 | 1590 | 1600 | 3000 | 3000 | 3000 | 1340 | 1340 |
| | | | | 3000 | 3000 | 3000 | | | | 3000 | 1300 |
| 1212 | 24240 | 24240 | 24240 | 1212 | 24240 | 24240 | 808 | 12120 | 12120 | 808 | 12120 |
| | | | | | | | 3000 | 3000 | 3000 | | |
| 2932 | 26140 | 25890 | 26380 | 5762 | 28830 | 28840 | 6808 | 18120 | 18120 | 5148 | 14760 |

Fonte: SEF/DPE/COEJA

| Proposta Curricular | Folder: Recomeço – Supletivo de Qualidade | Cartazes: Recomeço – Supletivo de Qualidade | Livro Explicativo: Recomeço |
|----------------------------|--|--|------------------------------------|
| 5000 | 10.000 | 10.000 | 5.000 |

Fonte: SEF/DPE/COEJA

ELABORAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR PARA O 2º SEGMENTO DE EJA - 5ª A 8ª SÉRIE.

Proposta Curricular para Educação de Jovens e Adultos – 2º Segmento, está sendo elaborando contendo orientações específicas para o tratamento curricular focalizando em especial a seleção e organização de conteúdos e as orientações didáticas que deverão atender às especificidade do público em questão.

Foi formada uma equipe de especialistas das diversas áreas do conhecimento e de EJA visando a elaboração dessa Proposta.

Uma primeira versão passou por análise de pareceristas e especialistas nas áreas do conhecimento do Ensino Fundamental e foi objeto de discussão em seminário em São Paulo, e no estado do Mato Grosso do Sul. A 2ª Versão foi encaminhada para análise e parecer às secretarias de educação estaduais e municipais das capitais, universidades e instituições não governamentais ligadas à EJA.

SALTO PARA O FUTURO

Com o objetivo de fortalecer a ação das equipes pedagógicas de EJA das Secretarias Estaduais e Municipais, a TV Escola veiculou, no programa Salto para o Futuro, a série Educação de Jovens e Adultos: “Novas Perspectivas”, de 10 a 15 de setembro de 2001. Foram cinco temas cuidadosamente abordados durante a semana:

1. As Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos e o projeto pedagógico
2. O processo de aprendizagem de Jovens e Adultos;
3. O que levar em conta para que a aprendizagem ocorra;
4. Contextos de letramento na alfabetização de Jovens e Adultos;
5. O que levar para a sala de aula para ler e escrever Língua Portuguesa.

Esses temas foram selecionados para subsidiar a discussão sobre alguns conteúdos essenciais para a alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos, além de contribuir para a reflexão sobre o contexto atual no qual insere a Educação de Jovens e Adultos, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais, para essa modalidade de ensino.

3.4 – EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

De acordo com as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena, uma escola Indígena deve ser diferenciada, bilingüe, intercultural e específica. Para cumprir tais princípios, a SEF tem apoiado linhas de publicações e materiais didáticos e estimulado o desenvolvimento profissional continuado de professores indígenas para a produção desses materiais.

Durante o ano de 2001 foram publicados livros e cartilhas de educação indígena, conforme o quadro abaixo:

| Nome da Obra | Quantidade de Exemplares | Povos Indígenas Beneficiados |
|---|--------------------------|------------------------------|
| Os Tupinikin e Guarani na luta pela Terra | 1.300 | Tupinikin e Guarani |
| Hinkaklu – MTA - Mitos Manchineri | 1.500 | Manchineri |
| Hama Ayomatero – Matemática Asdhaninka (foram xerocados no MEC) | 305 | Ashaninka |
| Cada Dia Uma História (em fase de revisão final na gráfica) | 2.000 | Pataxó |
| Mariya Dita Maiada Hira Iñanunuse Masire - Nossa Terra Conhecimento para o Manejo (em fase de revisão final na gráfica) | 1.500 | Tuyuka |
| Uma História Kaingang Trabalho a muitas Mãos | 1.000 | Kaingang |

Fonte: SEF/DPE/CGAEI

Divulgação da Temática Indígena para a Sociedade

Seleção e publicação de material sobre o tema e apoio à produção de vídeos, totalizando aproximadamente 10.000 Kits, dos quais 2.000 já foram distribuídos e os demais serão distribuídos em 2002 aos estabelecimentos de ensino de municípios que tenham terras indígenas e no âmbito do programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. A Secretaria de Educação Fundamental lançou, juntamente com a Secretaria de Educação a Distância, o Kit “Índios do Brasil” composto de 10 Programas de vídeo e de publicações sobre a temática indígena.

Diretrizes para a Implantação de Programas de Capacitação de Professores Indígenas nos Sistemas Estaduais de Ensino

Este documento encontra-se em fase de análise, avaliação e discussão conclusiva para que seja enviado à gráfica para publicação. Tem por objetivo central traçar diretrizes que possam nortear a implantação de programas de formação inicial e continuada de modo a cumprir o que preconiza a Resolução 03/99 do Conselho Nacional de Educação quanto a responsabilidade desses sistemas na formação dos professores indígenas atendendo assim, as demandas das comunidades indígenas e as exigências legais de titulação do professorado em atuação nas escolas indígenas. Ele foi pensado como um subsídio complementar ao documento “Referenciais para Formação de Professores” (MEC, 1998) e ao “Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas” (MEC, 1998).

3.5 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os materiais didáticos e paradidáticos foram elaborados e distribuídos, com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento do tema meio ambiente pelos professores do ensino fundamental, com a finalidade de facilitar a pesquisa e a discussão mais abrangente sobre o tema.

Materiais distribuídos no exercício de 2001

| Material | Quantidade Distribuída | Público Alvo |
|--|------------------------|---|
| Livro “ Textos para Série Ambiental do programa salto para o Futuro | 329 | SEMEDs e professores- distribuído em eventos |
| Fitas de Vídeo das Teleconferências realizadas sobre Educação Ambiental em 1998/1999 | 95 | Professores, escolas, alunos – para pesquisa |
| Ciclo de Palestras sobre Meio Ambiente –SEF /CBEC | 100 | SEMEDs e professores- distribuído em eventos |
| Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental | 100 | SEMEDs e professores- distribuído em eventos |
| Caderno de Apresentação “Implantação da Educação Ambiental no Brasil” | 1974 | Professores, escolas, alunos, instituições governamentais e ONGs |
| Folder- Parâmetros em Ação Meio Ambiente na Escola | 1687 | Professores, escolas, alunos, instituições governamentais e ONGs |
| CD Musical- Parâmetros em Ação Meio Ambiente na Escola. | 1717 | SEDUCS, SEMEDs e demais escolas que solicitaram |
| Guia do Formador- Parâmetros em Ação Meio Ambiente na Escola. | 191 | SEDUCS, SEMEDs e demais escolas que solicitaram |
| Kit do Formador- Parâmetros em Ação Meio Ambiente na Escola. | 68 | Representantes da Educação Ambiental nas SEDUCS e SEMEDs |
| Kit do Professor- Parâmetros em Ação Meio Ambiente na Escola. | 68 | Representantes da Educação Ambiental nas SEDUCS e SEMEDs |
| Fita da Teleconferência “ Parâmetros em Ação de Meio Ambiente” | 17 | SEDUCS, SEMEDs e demais escolas que solicitaram |
| PNEA comentada (xerox) | 70 | SEDUCS, SEMEDs de Capitais e formadores |
| Lei n.º 9795 “ Política Nacional de Educação Ambiental” | 400 cópias xerox | Professores, escolas, instituições governamentais e não -governamentais e alunos. |

Obs. Os materiais são distribuídos diretamente pela SEF, quando solicitados e nos eventos realizados durante o ano de 2001.

3.6 – ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBO

CANTINHOS DE LEITURA

No decorrer de 2001, a SEF, juntamente com o FNDE, possibilitou aos municípios que possuem áreas de remanescentes de quilombos- Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, que fossem contemplado, este ano, pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, em caráter excepcional, com um Kit de material didático e dois acervos contendo, cada um, 110 livros de literatura infantil e juvenil, com destinação exclusiva para as escolas da área Kalunga no estado de Goiás.

Este material destina-se aos *cantinhos de leitura* nas salas de aula, contribuindo para o enriquecimento do trabalho de 34 professores e estimulando o hábito da leitura em aproximadamente 550 alunos.

PROJETO “VIDA E HISTÓRIA DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO BRASIL,”

O projeto busca proporcionar aos professores e alunos do Ensino Fundamental a oportunidade de conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, visando criar canais de acesso à história política e cultural dos quilombos e promover o fortalecimento da construção da sua auto-imagem. No âmbito desse projeto, a SEF, no exercício de 2001 realizou as seguintes ações :

EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO DO LIVRO - “UMA HISTÓRIA DO POVO KALUNGA”

No ano de 2001, foram publicados 8 mil exemplares do Livro “*Uma História Do Povo Kalunga*” “que serão destinados tanto às crianças Kalunga quanto às não-Kalunga .

A publicação, descreve de forma atraente, a história sobre a saga de um povo que, em seu relativo isolamento, conseguiu construir para si uma identidade e uma cultura próprias, que guardam elementos, tanto do enfoque africano de sua origem, quanto de uma cultura européia arcaica, com forte apelo de um catolicismo tradicional, ainda conservado no meio rural e será utilizado, como livro texto nas primeiras quatro séries do Ensino Fundamental, acompanhado de um caderno de atividades para o aluno e um caderno de atividades com encarte para o professor.

Elaboração e divulgação de Folder sobre o Livro:
“*Uma História Do Povo Kalunga*”

O folder apresenta o livro “Uma História do Povo Kalunga”, destinado a fortalecer a construção da auto-imagem dos quilombolas Kalunga por meio da reapropriação de sua história, dentre outros aspectos.

EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIAS - “UMA HISTÓRIA DO POVO KALUNGA”

A Exposição de Fotografias “*Uma História do Povo Kalunga*”, realizada em outubro/2001 fez parte do Projeto Vida e História das Comunidades de Remanescentes de Quilombos no Brasil..

A Exposição utilizou o material fotográfico obtido na pesquisa de campo realizada na Comunidade Kalunga, que teve como objetivo subsidiar a elaboração de material didático específico para aquela comunidade.

4 –PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

4.1 - PRÊMIO QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL – 2001

Instituído pelo MEC em 1999, em parceria com a Fundação Orsa e a UNDIME, o Prêmio Qualidade na Educação Infantil tem como objetivos valorizar o professor como agente principal do processo de melhoria da qualidade da educação infantil, identificar práticas exitosas e difundir experiências pedagógicas relevantes .

O Prêmio teve início em 2000, abrangendo apenas os professores da Rede Municipal. Sua repercussão fez com que o MEC e seus parceiros o estendessem, este ano, também, para os professores da rede estadual de ensino.

O número de inscrições neste exercício de 2001, chegou a 1.388 trabalhos, provenientes de todas as Unidades da Federação, dentre os quais foram selecionados, na etapa final, 27 trabalhos.

A Secretaria de Educação, onde foi desenvolvida a melhor experiência, foi contemplada com uma Kombi contendo materiais pedagógicos, brinquedos, livros, instrumentos musicais, discos, TV, vídeo e computador.

A melhoria na qualidade dos trabalhos apresentados entre os dois anos do Prêmio, tem demonstrado, não só eficiência no alcance dos objetivos, como a efetividade no estabelecimento de parcerias.

O quadro abaixo apresenta a lista dos professores e respectivos trabalhos selecionados para a premiação deste ano:

| UF | MUNICÍPIO | PROJETO | NOME DA PROFESSORA |
|----|--------------------------|---|--|
| SC | Luzerna – 1º Lugar | Genealogia: Descobrimos Nossas Raízes | Márcia Maria Graef |
| AC | Rio Branco | Conhecendo Nossa Floresta | Maria do Socorro Batista Lopes |
| AL | Maceió | Projeto Dentes | Joceli de Lima Alves Nascimento |
| AM | São Gabriel da Cachoeira | Filosofia para Crianças e Jogos Sócio-Afetivos: Uma Educação para a Cidadania | Cláudia Barbosa Garrido |
| AP | Macapá | Feira da Fruta | Helaine Monteiro da Silva |
| BA | Alagoinhas | Descobrimos os Sentidos | Simone Silva Santos Alves |
| CE | Croátá | Não é Preciso fazer uma Obra Prima. O Importante é Aprender Enquanto Pinta e Brinca | Maria Osvaldina Bezerra Melo |
| DF | Brasília | Projeto de literatura | Patrícia Barbosa da Conceição |
| ES | Vitória | Ovo Meu, Será Seu? | Arlene de Paula Torres |
| GO | Itumbiara | Festa Junina no Arraiá do Orestes | Elinete dos Santos Lima |
| MA | São Luís | Vivendo e Aprendendo a História do Bumba-Meu-Boi | Roselene da Silva Gonçalves |
| MG | Três Pontas | Do Lixo ao Luxo – na Natureza nada se Perde, nada se Cria, tudo se Transforma | Joana D’arc Vicentini Diniz |
| MS | Aparecida do Taboado | O Resgate da Principal Manifestação Folclórica do Município | Jucelma Seifert da Silva |
| MT | Cuiabá | Estou Aqui! | Maria Auxiliadora de Oliveira |
| PA | Belém | Brincadeira de Casinha | Daniele Dorotéia Rocha da Silva |
| PB | Santa Rita | Conhecendo o que Comemos | Josinete Evaristo dos Santos |
| PE | Camaragibe | Velha Cachimbeira – Livros de brincadeiras Populares | Daniela Donato |
| PI | Pedro II | Natureza é Vida | Osmarina Teixeira de Castro |
| PR | Rio Negro | Escola e Família em Parceria: Formando Cidadãos | Jussara do Rocio Heide |
| RJ | Niterói | Começando a Pensar com Ciência | Lilian Cristina Azevedo Teixeira de Aguiar |
| RN | Currais Novos | Meio Ambiente “Educar para Preservar” | Nivânia Félix dos Santos |
| RO | Porto Velho | Aprendendo e Ensinando a Transformar o Lixo em Luxo | Lindomar Maia Pereira |
| RR | Boa Vista | Vivenciando Cantigas | Aracelis Corrêa dos Santos |
| RS | Santa Cruz do Sul | Separação do Lixo | Maria Isabel Lopes |
| SE | Aracaju | Arraiá Port/Libras | Margarida Maria Teles |
| SP | Peruíbe | Viagem ao Japão para Conhecê-lo Melhor | Zenilde de Jesus Ferreira da Silva |
| TO | Figueirópolis | Arte na Pré-Escola | Leilma de Sousa Alves |

4.2 - PRÊMIO INCENTIVO À EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

O ano de 2001 comemorou a sexta edição do “Prêmio Incentivo à Educação *Fundamental*”, instituído em parceria com a Fundação Bunge, antiga Fundação Santista.

Dado o crescente interesse pela iniciativa, inovações importantes foram introduzidas: a ampliação para 20 (vinte) do número de professores a serem premiados; a seleção, em âmbito estadual, de 3 (três) experiências e a outorga de um troféu idealizado pela renomada artista plástica brasileira, Maria Bonomi.

Em 2001, foram inscritos 750 trabalhos e apenas o estado do Amapá não participou do evento. Coube à SEF receber os 72 (setenta e dois) trabalhos resultantes das avaliações realizadas pelas *Comissões Julgadoras Estaduais* e instituir a *Comissão Julgadora Nacional* cujas reuniões, ocorridas no MEC entre os dias 25 e 27 de setembro, culminaram com a indicação dos 20 (vinte) melhores trabalhos.

A solenidade de premiação, foi realizada no Palácio do Planalto. A cerimônia contou com presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, do Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação, da Secretaria de Educação Fundamental e demais dirigentes do MEC e da Fundação Bunge. Na ocasião, os professores premiados receberam o troféu, certificado e prêmio em dinheiro no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

**PRÊMIO INCENTIVO À EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL – 2001
TÍTULO DO TRABALHO E AUTORIA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO**

| TÍTULO | NOME DO PROFESSOR | UF |
|--|---|-----------|
| Texto Imagético, Apropriação e Produção de Sentidos | Adélia Maria Silveira Costa | RN |
| Shakespeare, Uma Viagem Através da Arte | Shakespeare, Uma Viagem Através da Arte | ES |
| Ginástica Rítmica na Educação Física do Ensino Fundamental | Luciana Santos Collier | RJ |
| Aprendendo Com Cartões Telefônicos | Maria Lina De Menezes Gomes | CE |
| Conhecendo Minha Comunidade: Quem Somos Nós | Ninfa Emiliana Freire Santos Fausto | BA |
| Plantando e Colhendo Geometria | Maria Rita Lorêdo Souza | MG |
| O Mundo da Gibilândia | Adriana Tauscheck Jorge | PR |
| Filosofia e Arte Como Veículos à Alfabetização de Jovens e Adultos | Fátima Aparecida Gusso Rigoni | PR |
| Possibilidade de Mudança | Nadir Michelmann | SC |
| De Mestre e Aprendiz Cada Um Tem Um Triz | Maria Da Consolação De Sousa | DF |
| Direito se Conquista com Luta: Uma Ação De Cidadania Para Além Das Paredes Da Escola | Roméa Almeida Ribeiro | PI |
| Brincar: o Elo Entre o Ensino e a Aprendizagem | Auria De Oliveira Costa Santos | RO |
| Brincando, Aprendendo e Integrando Saberes | Alexsandra Maria Brasileiro Silva | PB |
| Escola Pública, Um Bem Comum | Edsalba Gabriel Peixoto Silva | SE |
| O Visual na Construção do Conhecimento | Wilson Marcos Soares | MG |
| Fazer O Quê? | Adriana De Souza Lima | RJ |
| No Jardim Com Monet | Bianca Santos Chiste | RO |
| A Questão do Lazer na Ilha de Caratateua | Nalzira Freire Das Mercês | PA |
| Vamos Conhecer Pernambuco | Luciana Emília Duarte De Melo Alves | PE |
| O Uso de Fotografias em Sala de Aula | Jaqueline Maria De Souza Dias | AM |

II – POLÍTICA DE FORTALECIMENTO, MANUTENÇÃO E EQUALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO

1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E EQUALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO – FUNDEF

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, criado pela EC n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96 e pelo Dec. n.º 2.264/97, integra o Programa Brasil em Ação e a Rede de Proteção Social do Governo Federal, tendo como objetivo a subvinculação de recursos devidos à educação por exigência da Constituição Federal, ao ensino fundamental, redistribuindo-os entre as esferas de governo Estadual e Municipais de uma mesma Unidade Federada, com base no número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino, de modo a proporcionar a melhoria da qualidade do ensino oferecido e a valorização dos profissionais do magistério.

ANÁLISE DOS VALORES VINCULADOS AO FUNDEF COMPOSIÇÃO DO FUNDEF SEGUNDO A ORIGEM DOS RECURSOS

R\$ Milhões

| Origem dos Recursos | 1998 | | 1999 | | 2000 | | 2001 (Previsão) | |
|---------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | FUNDEF | Part. % |
| FPM | 1.838,30 | 13,8% | 2.045,90 | 13,5% | 2.238,70 | 12,7% | 2.643,30 | 13,8% |
| FPE | 1.638,10 | 12,3% | 1.814,20 | 12,0% | 2.149,80 | 12,2% | 2.524,60 | 13,2% |
| ICMS | 8.758,80 | 66,0% | 9.886,70 | 65,3% | 11.924,70 | 67,5% | 12.724,30 | 66,4% |
| IPI Exp. | 238,00 | 1,8% | 239,90 | 1,6% | 264,60 | 1,5% | 300,80 | 1,6% |
| LC 87/96 | 314,00 | 2,4% | 582,90 | 3,8% | 565,70 | 3,2% | 536,80 | 2,8% |
| Subtotal | 12.787,20 | 96,3% | 14.569,60 | 96,2% | 17.143,50 | 97,0% | 18.729,80 | 97,8% |
| Compl. da União (*) | 486,60 | 3,7% | 580,10 | 3,8% | 532,70 | 3,0% | 429,00 | 2,2% |
| TOTAL | 13.273,80 | 100,0% | 15.149,70 | 100,0% | 17.676,20 | 100,0% | 19.158,80 | 100,0% |

(*) A Complementação da União é realizada de maneira que uma parcela residual do valor de um ano ocorre no ano seguinte, a título de acerto de contas, na forma do Dec. 2.264/97, assim:

1998 = R\$421,5 milhões repassados no ano, **mais** R\$65,2 milhões de acerto de contas de 1998, realizado em 1999

1999 = R\$675,0 milhões repassados no ano, **menos** R\$65,2 milhões de ajuste de contas de 1998, **mais** R\$29,7 milhões de ajuste de contas negativo de 1999, realizado em 2000

2000 = R\$505,6 milhões repassados no ano, **menos** R\$29,7 de ajuste de contas negativo de 1999, **mais** R\$2,6 milhões de ajuste de contas negativo de 2000, realizado em 2001.

2001 = R\$426,4 milhões de repasses no ano (Port./MF n.º 288, de 27.09.01), **menos** R\$2,6 milhões de ajuste de contas negativo de 2000 (não inclui o acerto de contas de 2001, a ser realizado em 2002).

No ano de 2001 o montante de recursos do FUNDEF alcançou a cifra de 19,1 bilhões dos quais 429 milhões foram assegurados pela União, em cumprimento ao disposto no art. 6º da lei n.º 9.424/96, que prevê a garantia de complementação financeira ao Fundo, mediante a realização de transferências mensais aos Governos Estaduais e Municipais onde o valor por aluno/ano não atingir o mínimo nacional estabelecido para o exercício.

A distribuição dos recursos do FUNDEF entre o Governo Estadual e os Municípios, no âmbito de cada Estado, foi realizada com base no número de alunos atendidos no Ensino Fundamental em cada rede de ensino, observando-se a garantia do valor mínimo nacional por aluno/ano de R\$363,00 para os alunos da 1ª a 4ª série e de R\$381,15 para os da 5ª a 8ª série e Educação Especial, beneficiando 32,6 milhões de alunos das redes estaduais e municipais em todo o País.

As transferências da União a título de Complementação ao FUNDEF é da ordem de R\$426,4 milhões em 2001, sendo contemplados os Governos Estaduais e velho fdp Municipais de 05 Estados da Região Nordeste e 1 (um) da Região Norte, beneficiando um contingente de 9,7 milhões de alunos do Ensino Fundamental regular e especial, dos quais 3,0 milhões das redes estaduais e 6,7 milhões das redes municipais, conforme quadro a seguir:

COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEF, POR ESFERA DE GOVERNO, UF E N.º DE ALUNOS BENEFICIADOS - 2001

| UF | ESFERA DE GOVERNO | | | | TOTAL | |
|----------------|-------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|------------------|--------------------|
| | GOVERNO ESTADUAL | | MUNICÍPIOS | | ALUNOS | VALOR (R\$) |
| | ALUNOS | VALOR (R\$) | ALUNOS | VALOR (R\$) | | |
| AL | 185.385 | 734.064,97 | 481.622 | 1.881.985,03 | 667.007 | 2.616.050,00 |
| BA | 1.266.720 | 66.704.769,24 | 2.261.067 | 117.013.430,76 | 3.527.787 | 183.718.200,00 |
| CE | 446.831 | 4.091.582,72 | 1.252.140 | 11.209.125,28 | 1.698.971 | 15.300.708,00 |
| MA | 412.934 | 37.225.559,60 | 1.131.513 | 99.997.240,40 | 1.544.447 | 137.222.800,00 |
| PA | 454.857 | 19.748.901,56 | 1.091.770 | 46.787.898,44 | 1.546.627 | 66.536.800,00 |
| PI | 256.620 | 7.520.811,37 | 467.228 | 13.495.788,63 | 723.848 | 21.016.600,00 |
| ? | 3.023.347 | 136.025.689,46 | 6.685.340 | 290.385.468,54 | 9.708.687 | 426.411.158 |
| Part. % | 31,1 | 31,9 | 68,9 | 68,1 | 100 | 100 |

FONTE: Alunos: Censo Escolar de 2000 e Valor: SIAFI/2001

É importante destacar que os recursos da Complementação da União ao FUNDEF são direcionados às Unidades Federadas mais carentes do País, principalmente em favor dos municípios que contavam com um valor por aluno/aluno inferior ao valor mínimo nacional que passou a ser observado após a implantação do Fundo. Nos Estados, onde há necessidade de transferências a título de Complementação, existem 1.285 municípios; destes, 1.245 obtiveram, com o FUNDEF, receitas adicionais vinculadas ao Ensino Fundamental, da ordem de R\$1.469.022.593,51. No Brasil, dos 5.560 municípios existentes, 3.434 obtiveram ganhos financeiros adicionais da ordem de R\$3.803.478.727,19 em 2001, sendo que em 2000 os ganhos financeiros em favor das redes municipais totalizaram R\$1,6 bilhões e beneficiaram 1.595 municípios. Grande parte desse adicional financeiro advém da Complementação da União do Fundo.

Os recursos do FUNDEF, são empregados pelos Estados e Municípios de forma que, pelo menos, 60% seja destinado à remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício no Ensino Fundamental público, e os restantes (de até 40%) em outras ações de manutenção e desenvolvimento desse nível de ensino, como construção, reforma, ampliação, reforma e equipamento de escolas, capacitação de recursos humanos, transporte escolar, material didático-pedagógico etc.

MUNICÍPIOS COM ACRÉSCIMO FINANCEIRO EM DECORRÊNCIA DO FUNDEF – 2001

| Regiões | Número de Municípios | | | Receita Adicional (R\$ milhões) |
|--------------|----------------------|------------------------------|---------------|---------------------------------|
| | Existentes (a) | Com acréscimo de Receita (b) | % (b/a) | |
| NO | 449 | 370 | 82,41% | 419.617.341,97 |
| NE | 1.792 | 1.653 | 92,24% | 1.602.079.616,36 |
| SD | 1.667 | 733 | 43,97% | 1.238.337.614,43 |
| S | 1.189 | 510 | 42,89% | 392.026.429,93 |
| CO | 463 | 168 | 36,29% | 151.417.724,50 |
| TOTAL | 5.560 | 3.434 | 61,76% | 3.803.478.727,19 |

Impacto redistributivo do FUNDEF

Como efeito redistributivo do FUNDEF, observou-se que, do total de municípios brasileiros, 60% (3.313 municípios) obtiveram acréscimo de receitas em 1999; saltando para 3.408 municípios (62% do total) em 2000; e alcançando-se 3.434 em 2001 (61,76% dos municípios do país). As municipalidades que receberam recursos adicionais responderam pelo atendimento de 87% dos alunos matriculados nas redes municipais em 1999. Assim, tomando-se por referência os 32.591.935 alunos atendidos pelos municípios em 2001, pode-se concluir que 18.875.331 (57,91%) estão matriculados naqueles que obtiveram ganhos financeiros com o FUNDEF.

Quanto ao montante de recursos adicionados a essa maioria de municípios, também pôde se observar um expressivo crescimento nos valores redistribuídos: R\$2,7 bilhões em 1999; prevendo-se R\$ 3,1 bilhões para 2001 (elevação de 13 % em 2000).

Dos recursos adicionais transferidos à conta do FUNDEF em favor das redes municipais de Ensino Fundamental, no ano de 1999, R\$1,2 bilhões (44,4%) beneficiaram os municípios da Região Nordeste e R\$308 milhões (11,4%) os municípios da Região Norte. Em 2000, esse incremento financeiro alcançou R\$1,4 bilhões no Nordeste e R\$ 345 milhões na Região Norte. Estima-se que, no ano 2001, essas duas regiões deverão obter acréscimos de R\$ 1,6 bilhões e de R\$ 419 milhões, respectivamente. As redes municipais dessas duas regiões absorveram, em 1999, 57% dos recursos adicionais brutos que foram providos pelo FUNDEF aos municípios. Em 2000, essa participação alcançou 57%, devendo se situar em 61,8% no corrente ano.

O IMPACTO SOBRE AS MATRÍCULAS

A matrícula no ensino fundamental da rede pública, de 1997 a 2000, cresceu 6,5 % (de 30,6 milhões para 32,6 milhões), o que representou 2,0 milhões de alunos a mais nas salas de aula. Nesse período, o crescimento no âmbito da rede municipal foi de 34,7 % (passando de 12,4 milhões para 16,7 milhões). São mais 4,3 milhões de alunos nas escolas municipais. Ao mesmo tempo, verificou-se uma redução de 2,2 milhões de estudantes matriculados na rede estadual, cujo total passou de 18,1 milhões para 15,9 milhões, refletindo uma diminuição de 12,2%. A expansão da matrícula na rede municipal ocorreu nos dois ciclos do Ensino Fundamental. No primeiro (1ª a 4ª série), o crescimento foi de 26,5%, passando de 9,8 milhões para 12,4 milhões de alunos. Nas quatro séries seguintes, o aumento chegou a 61,5%, elevando-se de 2,6 milhões para 4,2 milhões de estudantes. Esse acentuado crescimento das matrículas deveu-se aos efeitos do FUNDEF que incentivou a expansão e municipalização do Ensino Fundamental,

Em 1997, os municípios eram responsáveis por 40,7% das matrículas do Ensino Fundamental, e os estados, 59,2%. Em 2000, estes índices passaram para 51,4 % e 48,6 %, respectivamente. Este maior equilíbrio entre as redes estaduais e municipais está em sintonia com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O processo de municipalização era esperado como uma das mais importantes conseqüências da implantação do FUNDEF. Prevendo esse fenômeno, a própria legislação que criou o Fundo estabeleceu que a transferência de escolas entre as redes e correspondente transferência de recursos financeiros ocorreria por meio da celebração de convênios específicos entre os governos envolvidos, como determina a Lei n.º 9.424/96.

AÇÕES COM VISTAS À VERIFICAÇÃO DA EFETIVA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEF

De acordo com o disposto no art. 11 da Lei n.º 9.424/96, a fiscalização do FUNDEF é realizada pelos Tribunais de Contas dos Estados, Municípios e União. O MEC, de acordo com o art. 12 do mesmo diploma legal, tem a atribuição de avaliar o FUNDEF com vistas à promoção das medidas corretivas eventualmente necessárias. Além disso, o Ministério oferece orientações e apoio técnico a Estados, Municípios, outras instituições e pessoas interessadas, inclusive com vistas ao aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento, controle e fiscalização, tanto pelos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo, quanto pelos órgãos de controle externo e pela própria sociedade.

Nessa linha de ação e considerando a necessidade de se disseminar informações que concorram para a melhoria do acompanhamento e controle do Fundo, o MEC veiculou, via Embratel, a TV Executiva sobre o FUNDEF, transmitindo a professores, membros do Ministério Público, das Câmaras de Vereadores, dos Conselhos do FUNDEF, dentre outros, informações e orientações de natureza técnico-operacional e, principalmente, esclareceu dúvidas sobre a operacionalização do Fundo.

Além da fixação em todas as agências dos Correios no País, este Departamento encaminhou às escolas públicas de ensino fundamental cartazes sobre “*o que pode*” e “*o que não pode*” ser realizado com os recursos do FUNDEF.

Numa aproximação com os Conselhos Estaduais de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, O MEC promoveu a realização de encontros com membros desse conselho (dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF), de forma a propiciar reflexões e debates sobre a avaliação do FUNDEF nos Estados. Os encontros foram organizados em nível nacional e regional abordando temas relacionados a Lei de Responsabilidade Fiscal, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério e Organização e Funcionamento dos Conselhos.

| UF | EVENTO | PARTICIPANTES |
|---|---|--|
| DF | III Encontro Nacional dos Conselhos do FUNDEF | <ul style="list-style-type: none"> /// Membros dos Conselhos Estaduais do FUNDEF /// Conselheiros do FUNDEF, no âmbito da União /// Técnicos do Deptº de Acompanhamento do FUNDEF/SEF |
| DF | IX e X Reunião do Conselho do FUNDEF no âmbito da União | <ul style="list-style-type: none"> /// Conselheiros do FUNDEF |
| TO, RO, AC, AM, RR, MS, MT, PA, AP, AL, CE, BA, PI, SE, PB, RN, PE, MA, | II Encontro dos Conselhos Municipais do FUNDEF - Regiões Norte e Centro-Oeste | <ul style="list-style-type: none"> /// Conselhos Municipais do FUNDEF |
| PR, AM | Treinamento e monitoramento de conselhos municipais do FUNDEF | <ul style="list-style-type: none"> /// Conselheiros Municipais do FUNDEF e Secretários Municipais de Educação |
| RN, GO, RJ | Encontros Regionais dos Conselhos Estaduais do FUNDEF | <ul style="list-style-type: none"> /// Membros dos Conselhos Estaduais do FUNDEF /// Conselheiros do FUNDEF, no âmbito da União /// Técnicos do Deptº de Acompanhamento do FUNDEF/SEF |

Com o objetivo de intensificar a interação e articulação institucional com os órgãos e unidades das instâncias de acompanhamento, controle e fiscalização do FUNDEF (Ministério Público e Tribunal de Contas), de modo a facilitar a efetiva atuação desses segmentos no sentido de fiscalizar, observar e fazer cumprir os critérios legais estabelecidos para uso dos recursos do FUNDEF, o MEC buscou aproximação junto aos Ministérios Públicos Estaduais, mediante participação nos encontros da justiça pela educação com os Promotores de Justiça e Juízes, promovidos pelo Fundescola, com o propósito de oferecer-lhes informações e subsídios que concorram para a melhoria da acompanhamento do Fundo e da ação das Promotorias de Justiça nos Municípios, nos casos de denúncias relacionadas à educação, particularmente ao FUNDEF, além de discutir com os Tribunais de Contas temas relacionados à aplicação dos recursos do FUNDEF, proporcionando, inclusive, o intercâmbio de experiências bem sucedidas realizadas pelos tribunais.

?? UF que participam: MS, AL, TO, AM/RR, GO, RO/AC, PR, RJ, CE, PE, RN, SP, MT, RS, MG, PI, BA, PA/AP, SE, PB

?? Quantidade de Eventos Realizados: 20

?? Parceria: Associação Brasileira de Magistrados e Ministério Público

?? Participantes: Promotores de Justiça, Juízes da Infância e Adolescência

Foram elaborados (redação e organização de *folders*), ainda, os materiais abaixo relacionados, permitindo auxiliar os gestores no correto emprego e utilização do recursos do FUNDEF e à sociedade um efetivo acompanhamento da aplicação dos recursos destinados ao Ensino Fundamental.

| MATERIAL/PUBLICAÇÕES | QTDE |
|---|--------|
| Previsão de recursos por UF-2001, com informações sucintas sobre o FUNDEF | 41.250 |
| O FUNDEF e os professores | 70.000 |
| Reimpressão do material: "Subsídios ao Ministério Público para acompanhamento do FUNDEF" | 7.000 |
| Reimpressão do Manual de Orientação do FUNDEF – 2ª edição | 18.000 |
| Distribuição de cartazes sobre repasses de recursos para as agências dos Correios/2001 | 15.000 |
| Elaboração, impressão e distribuição de Carta aos prefeitos | 5.560 |
| Produção e veiculação de vídeos-documentários sobre o FUNDEF, transmitidos pela TV Escola, abordando os temas: funcionamento dos conselhos, plano de carreira, qualidade do ensino – uso dos recursos do FUNDEF em programas de melhoria do EF, capacitação de professores, gestão de recursos e escolar e controle social. | 12 |
| Distribuição de cartazes sobre programa do FUNDEF pela TV Escola | 70.000 |

OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS

1. Realização de Teleconferência (TX Executiva/MEC) e participação em encontros, com objetivo de disseminar as informações sobre o FUNDEF e prestar apoio e cooperação técnica às secretarias municipais de educação e propiciar a adequada utilização dos recursos e satisfatórios níveis de fiscalização, acompanhamento e controle social sobre os valores transferidos, atingindo secretários de educação,

prefeitos, vereadores, instituições de ensino, organizações governamentais e não-governamentais (Estados de PR, AM, RS, MG, TO, SP, MA, PB, PA, RR, RJ, CE, MS, e PI).

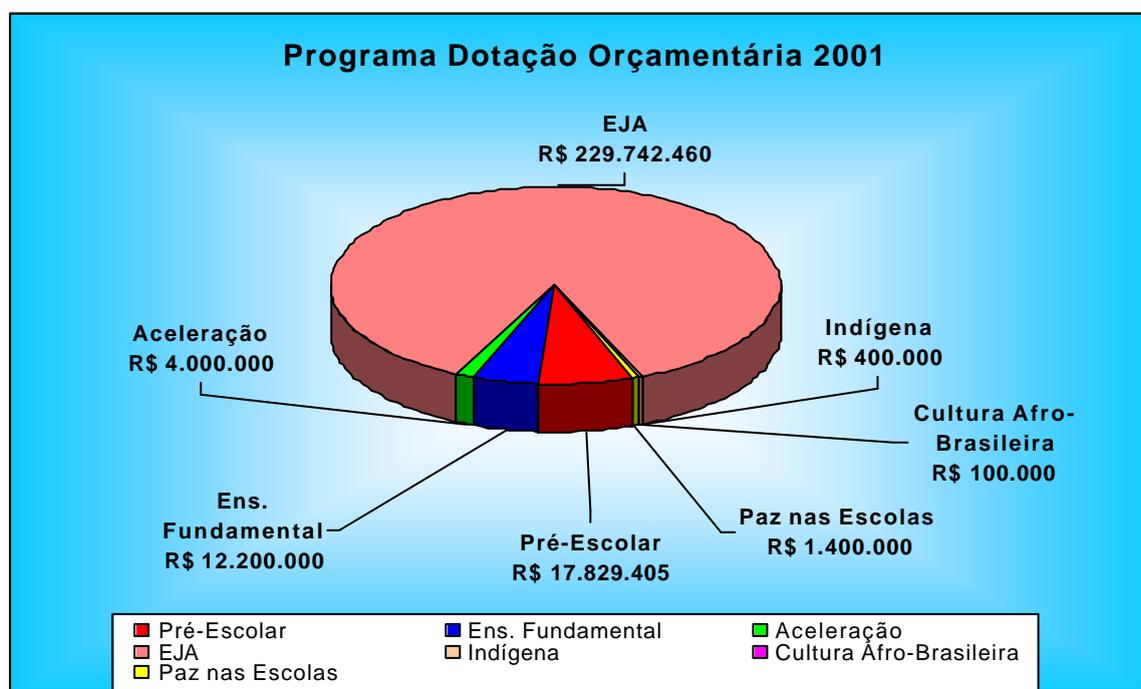
2. Quanto aos esclarecimentos sobre o FUNDEF, foram emitidas cerca de 3.500 correspondências à sociedade em geral, atendendo a professores, pais de alunos, sindicatos, prefeitos, vereadores, secretários de educação e cidadãos em geral, sobre assuntos relacionados à aplicação dos recursos referente à remuneração do magistério e outras despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, pagamento de abonos e gratificações, educação especial e de jovens e adultos, transporte escolar, funcionamento do conselho do FUNDEF, recomendações sobre providências referente a denúncias e irregularidades praticadas com recursos do FUNDEF, plano de carreira, capacitação/habilitação de professores, informações sobre valores repassados e nº de alunos.

3. Quanto às reclamações/problemas relacionadas ao FUNDEF, foram recebidas 613 comunicações de irregularidades referentes a 502 municípios, com 828 ocorrências, representando 9 %. Os resultados colhidos servirão, também, como subsídio à atuação do Ministério Público e dos Tribunais de Contas. Como providências, as reclamações/denúncias recebidas pelo Ministério são comunicadas aos Prefeitos dos municípios reclamados, os quais são solicitados a oferecer esclarecimentos sobre o problema/irregularidade apontada. As respostas encaminhadas pelos Prefeitos Municipais são recebidas pelo FUNDEF e os resultados verificados são encaminhadas ao Ministério Público e Tribunal de Contas, com cópias dos documentos correspondentes, para conhecimento das situações e adoção das medidas julgadas pertinentes. Foram expedidos 613 ofícios-denúncias e obtidas 216 respostas. Do total de ofícios-denúncias, foram encaminhadas 688 correspondências ao Ministério Público e Tribunal de Contas.

2 – ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AOS SISTEMAS DE ENSINO

As políticas educacionais estabelecidas e implementadas pelo Ministério da Educação nos últimos anos, em parceria com estados e municípios, têm priorizado os programas universais e a descentralização de recursos. Os Programas Dinheiro Direto na Escola e Recomeço-Programa Supletivo expressam essa política.

No ano de 2001, para apoiar financeiramente estados e municípios no desenvolvimento do ensino fundamental, foram alocados recursos no valor de R\$ 626.222.378,00 no orçamento do MEC/FNDE, para desenvolver os projetos/atividades dos Programas: Toda Criança na Escola, Escola de Qualidade para Todos, Educação de Jovens e Adultos, Desenvolvimento da Educação Especial, Atenção à Criança, Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas, Cultura Afro-Brasileira e Paz nas Escolas.



Fonte: Anexos Lei n.º 10.171 LOA/2001

Recursos na ordem de R\$ 265.671.865,00 foram destinados ao desenvolvimento das ações do ensino fundamental e educação pré-escolar, previstas no PPA e cujo órgão responsável é a Secretaria de Educação Fundamental – SEF. Nesse sentido, um total de R\$ 187.517.176,01 foram repassados diretamente pelo FNDE aos

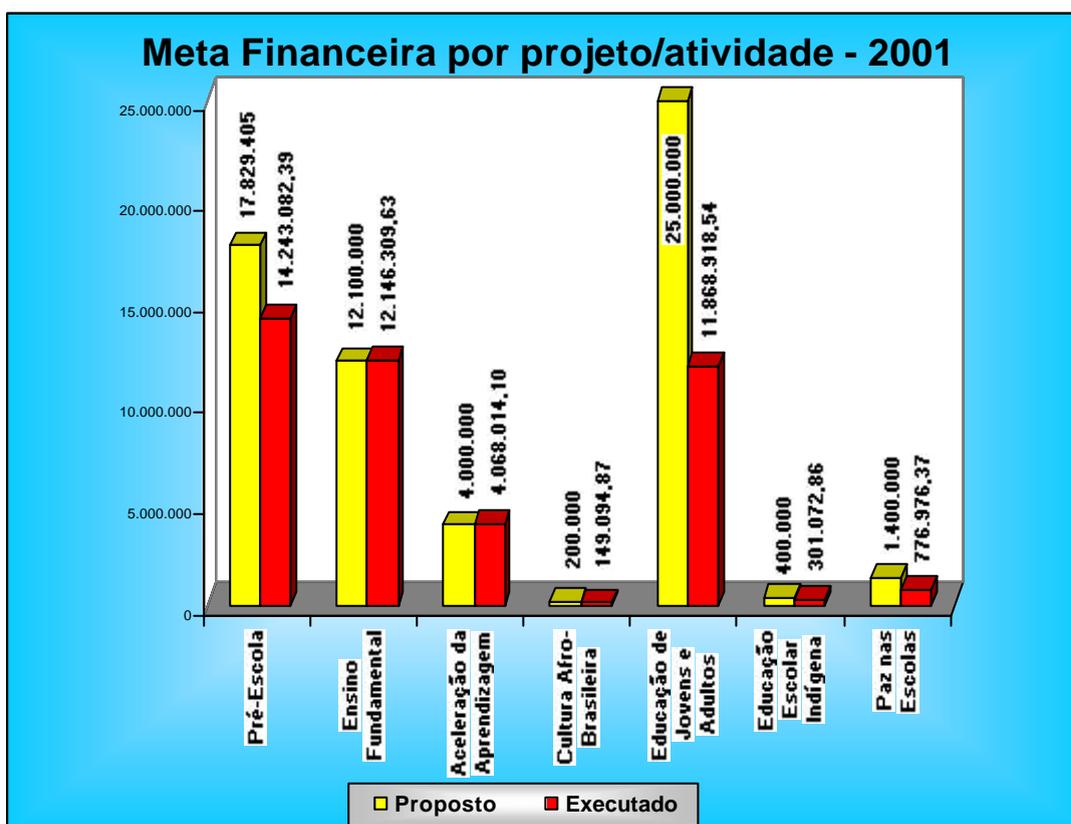
sistemas de ensino estaduais e municipais que estão desenvolvendo o Recomeço-Programa Supletivo. Os demais recursos, no valor de R\$ 43.553.468,76, foram transferidos aos estados e municípios, mediante a celebração de convênios. No caso de Educação de Jovens e Adultos foram realizados convênios, também, com as organizações não-governamentais que vêm desenvolvendo ações em parceria com o MEC nos últimos anos.

Metas Financeiras - Projetos e Atividades gerenciados pela SEF – 2001

| Projeto/Atividade | Proposto | Executado |
|------------------------------|------------|---------------|
| Pré-Escola | 17.829.405 | 14.243.082,39 |
| Ensino Fundamental | 12.100.000 | 12.146.309,63 |
| Aceleração da Aprendizagem | 4.000.000 | 4.068.014,10 |
| Cultura Afro-Brasileira | 200.000 | 149.094,87 |
| Educação de Jovens e Adultos | 25.000.000 | 11.868.918,54 |
| Educação Escolar Indígena | 400.000 | 301.072,86 |
| Paz nas Escolas | 1.400.000 | 776.976,37 |

Proposto (Lei Orçamentária anual)

Executado (Dados do SAPE)



Fonte: Proposto Anexos Lei n.º 10.171 LOA/2001
Empenhado (Dados do SAPE – 04/12/2001)

O gráfico acima expressa os valores propostos no Orçamento da União para os Programas e Projetos/Atividades que foram desenvolvidas em 2001, no âmbito do ensino fundamental e da educação pré-escolar, sobre os quais a Secretaria de Educação Fundamental prestou assistência técnica.

No ano de 2001 as instituições governamentais e não governamentais encaminharam à Secretaria de Educação Fundamental um total de 720, sendo: 427 de educação pré-escolar; 124 do ensino fundamental; 114 de EJA; 28 de Aceleração da Aprendizagem; 6 de Educação Escolar Indígena; 8 de Paz nas Escolas e 13 de Cultura Afro-Brasileira. Nos níveis Educação Pré-Escolar e Ensino Fundamental e na modalidade Educação de Jovens e

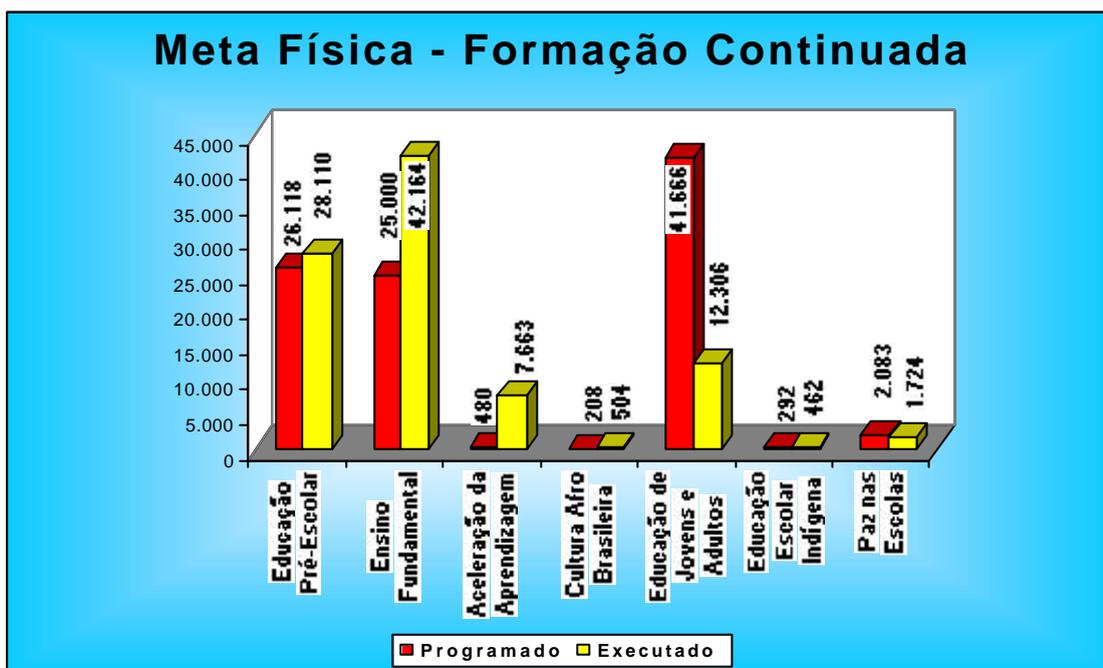
Adultos, o número de projetos foi menor que nos anos anteriores, porém, um grande número de municípios foram beneficiados, uma vez que 147 municípios pólos tiveram seus projetos aprovados.

A Secretaria de Educação Fundamental, por meio da sua equipe técnica, analisou, emitiu parecer técnico e solicitou empenho de 448 projetos.

Os recursos aprovados e conveniados possibilitaram as entidades convenientes a formação continuada de 92.933 professores e a oferta de material didático a 2.340.120 alunos, beneficiando os diversos níveis e modalidades de ensino.

Metas Físicas - Projetos e Atividades gerenciados pela SEF
Formação Continuada de Professores

| Projeto/Atividade | Professores | |
|------------------------------|-------------|-----------|
| | Programado | Executado |
| Educação Pré-Escolar | 26.118 | 28.110 |
| Ensino Fundamental | 25.208 | 42.164 |
| Aceleração da Aprendizagem | 480 | 7.663 |
| Cultura Afro Brasileira | 208 | 504 |
| Educação de Jovens e Adultos | 41.666 | 12.306 |
| Educação Escolar Indígena | 292 | 462 |
| Paz nas Escolas | 2.083 | 1.724 |



Fonte: Proposto Anexos Lei n.º 10.171 LOA/2001
Empenhado (Dados do SAPE – 04/12/2001)

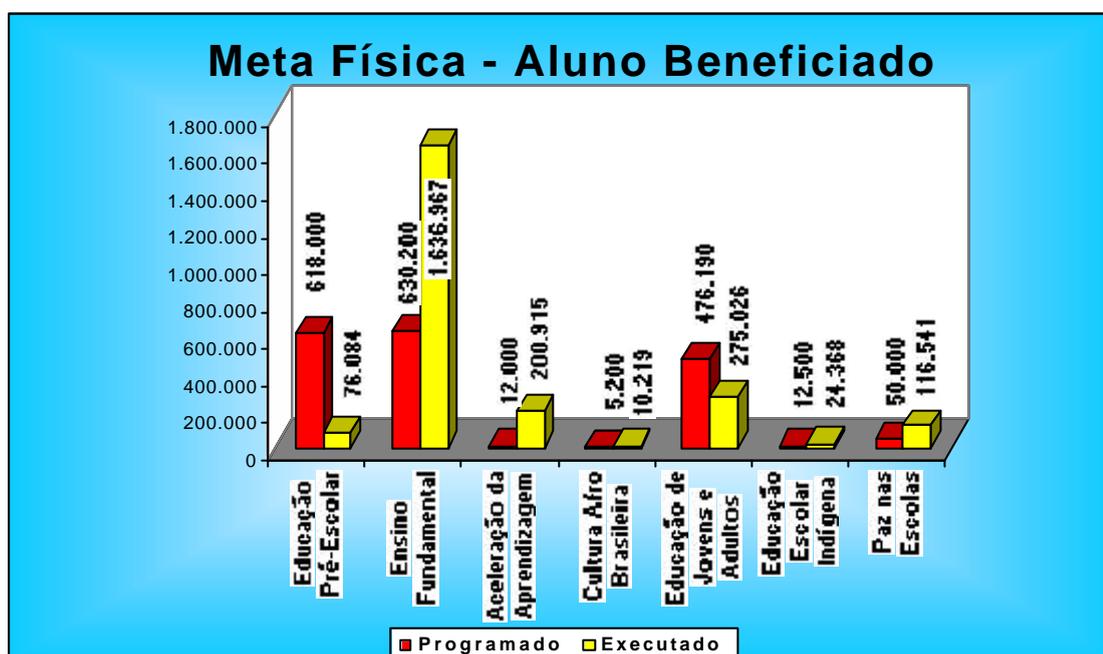
Conforme o gráfico acima na educação pré-escolar, no ensino fundamental, na aceleração da aprendizagem, na cultura afro-brasileira e na educação escolar indígena, as metas físicas para a formação continuada de professores superaram o previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Metas Físicas - Projetos e Atividades gerenciados pela SEF

ALUNO BENEFICIADO

| Projeto/Atividade | Alunos | |
|------------------------------|------------|-----------|
| | Programado | Executado |
| Educação Pré-Escolar | 618.000 | 76.084* |
| Ensino Fundamental | 630.200 | 1.636.967 |
| Aceleração da Aprendizagem | 12.000 | 200.915 |
| Cultura Afro Brasileira | 5.200 | 10.219 |
| Educação de Jovens e Adultos | 476.190 | 275.026* |
| Educação Escolar Indígena | 12.500 | 24.368 |
| Paz nas Escolas | 50.000 | 116.541 |

Fonte: Proposto Anexos Lei n.º 10.171 LOA/2001



Fonte: Proposto Anexos Lei n.º 10.171 LOA/2001

Empenhado (Dados do SAPE – 04/12/2001)

* A meta física refere-se a aluno beneficiado

Na Educação Pré-Escolar foram beneficiados com o material didático os alunos dos sistemas municipais de educação dos municípios, cujo índice de Desenvolvimento Humano seja igual ou menor que 0,500, localizados nas Regiões Norte e Nordeste.

III – POLÍTICA DE ARTICULAÇÃO SETORIAL E INSTITUCIONAL

1. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA

A Secretaria de Educação Fundamental, na qualidade de representante do Ministério da Educação junto ao *Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA*, tem participado das assembleias ordinárias e extraordinárias, além da participação em outras reuniões de trabalho promovidas pelo referido Conselho, bem como das seguintes atividades.

- ?? Elaboração, no âmbito da Comissão de Políticas Públicas, da publicação *Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – 2001-2005*;
- ?? Visitas, por ocasião da Assembleia Extraordinária realizada em julho, na cidade de Salvador/Bahia, a duas unidades de internação de menores em conflito com a lei.
- ?? Organização, no âmbito da Comissão de Políticas Públicas, da *IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente*, realizada em Brasília, no período de 19 a 22 de novembro/2001, bem como participação nas atividades da mesma.

No que se refere à Conferência Nacional dos Direitos da Criança, ressaltamos que, um dos seus principais produtos, (cujo tema foi *Crianças, Adolescentes e Violência*, e o lema – *Violência é Covardia, as Marcas ficam na Sociedade*) foi a proposta do *Pacto Social pela Paz*, em cujo eixo – Educação – destaca-se, entre outros pontos: *reunir forças na universalização do atendimento à educação infantil, e garantir a inclusão do ECA no currículo escolar*.

2. CONSELHO NACIONAL ANTIDROGAS - CONAD

A Secretaria de Ensino Fundamental, na qualidade de representante do Ministério da Educação junto ao referido Conselho, tem participado nas Assembleias ordinárias e extraordinárias, bem como, das seguintes atividades:

- ?? Participação no *1º Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Entorpecente*, realizado em Brasília, no dia 07 de maio/2001;
- ?? Participação nas atividades da *III Semana Nacional Antidrogas*, realizada no período de 19 a 26 de junho;
- ?? Colaboração, junto ao CONAD, na elaboração do documento - *Política Nacional Antidrogas – PNAD*, recém aprovada pela Presidência da República;
- ?? Articulação, junto ao Gabinete do Ministro, para a inclusão deste Ministério no *Sistema Nacional Antidrogas – SISNAD*;
- ?? Participação no encontro – *Integração de Políticas Públicas à Política Nacional Antidrogas* – realizado no Anexo I do Palácio do Planalto, no dia 10 de dezembro/2001.
- ?? Participação no *II Fórum Nacional Antidrogas*, realizado em Brasília, no período de 11 a 13 de dezembro/2001.

Em relação à *Política Nacional Antidrogas*, cujos objetivos e capítulo relativo à prevenção ressaltam a importância de *“ações e campanhas de prevenção do uso indevido de drogas”*, bem como a inclusão do tema nos currículos escolares, cabe destacar que a SEF, juntamente com a SEMTEC, elaboraram uma proposta de um *Concurso Nacional de Material Pedagógico de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas nas Escolas*, cujo Regulamento está em fase de análise e aprovação, pelas referidas secretarias.

3. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA

O MEC, por meio da Secretaria da Educação Fundamental, tem feito uma articulação direta, por meio da Câmara Técnica de Educação Ambiental, com instituições governamentais e não governamentais como:

- ?? Ministério do Meio Ambiente;
- ?? Ministério da Saúde;
- ?? IBAMA;
- ?? Fundação Rio Parnaíba- FURPA;
- ?? e as representações governamentais dos órgãos de meio ambiente dos Estados de: Bahia, Pernambuco, Goiás.

No ano de 2001 participamos ativamente das reuniões ordinárias e extraordinárias, convocadas pelo CONAMA, através do acompanhamento das discussões sobre as questões ambientais, realizadas por aquele conselho e como resultado, têm participado das suas deliberações, votações e resoluções.

Estivemos ainda presentes nas discussões da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA, no que diz respeito à nova composição da Câmara, à regulamentação da Lei da Política Nacional de Educação Ambiental, na articulação entre as Câmaras Técnicas do CONAMA, e entre outras deliberações.

ATIVIDADES DE ARTICULAÇÃO INTERMINISTERIAL:

- ??Reunião do Grupo de Trabalho sobre: posição da área indígena e Unidade de Conservação – CONAMA.
- ??Reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental – CONAMA.
- ??Reunião extraordinária do CONAMA sobre Energia.
- ??Reunião Extraordinária do CONAMA.
- ??Reunião do Grupo de Trabalho sobre: posição da área indígena e Unidade de Conservação – CONAMA.
- ??17ª Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal – CONAMA., em Brasília/DF.
- ??18ª Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal – CONAMA., em Recife/PE.
- ??19ª Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal – CONAMA., em Salvador/BA
- ??Reunião extraordinária do CONAMA sobre a Expansão do Complexo Nuclear Almirante Álvaro Alberto de Angra dos Reis.
- ??7º Simpósio Ambientalista Brasileiro no Cerrado- Goiânia.
- ??31ª Reunião Extraordinária do CONAMA.
- ??32ª Reunião Extraordinária do CONAMA.

4. PROJETO FORMAR

OBJETIVO – O Projeto Formar tem o objetivo de proporcionar aos servidores da Administração Federal Direta, Autárquica e Fundacional, com nível de escolaridade inferior ao médio, a formação educacional básica que lhes falta, proporcionando-lhes crescimento pessoal e profissional, e, ao mesmo tempo, promovendo a sempre busca da melhoria dos serviços públicos prestados ao cidadão.

PARCERIA – O Projeto Formar está desenvolvendo, mediante parceria entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP e Ministério da Educação – MEC, conforme as atribuições a que a cada um competir, cabendo ao Ministério da Educação:

- I**– proceder à mobilização de todos os níveis da sua estrutura Organizacional envolvida no Projeto;
- II**– dar apoio técnico-pedagógico ao Projeto em todos os níveis de execução;
- III** – acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

PÚBLICO ALVO – A Administração Pública Federal possui em seus quadros, segundo dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, cerca de 111.437 (cento e onze mil, quatrocentos e trinta e sete) servidores com grau de escolaridade inferior ao nível médio. Dentre estes, muitos não alfabetizados, situação está, totalmente incompatível com o esforço realizado por este Governo para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão.

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO – Para administração do Projeto, foram previstos para o ano 2001, recursos orçamentários dentro do PPA/ 2000 – Programa de Valorização do Servidor. A sua execução/operacionalização correrá por conta dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e recursos orçamentários alocados por cada órgão/ entidade, segundo a demanda.

AÇÕES DESENVOLVIDAS - Foi realizada no Estado do Rio de Janeiro reunião envolvendo a Secretaria de Educação Estadual, INSS, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Educação e a ONG Viva – Rio, dando início à execução do Projeto Formar, cabendo à Secretaria de Educação – RJ, juntamente com o INSS a elaboração de Projeto com vistas a operacionalizar os cursos nas instituições federais no Rio de Janeiro e a celebração de convênios com escolas públicas para acompanhar e certificar os alunos. Estas mesmas ações já estão sendo executadas nos estados do Ceará, Maranhão, Pará, Bahia e nos demais Estados as Secretarias Estaduais de Educação que já foram contatadas e já estão se articulando para a viabilização do Projeto.

5. GRUPO INTERMINISTERIAL: MINISTÉRIO DA SAÚDE/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

A comissão de Trabalho Saúde / Educação foi Instituída por meio da Portaria interministerial nº. 766/ GM, de 17 de maio de 2001, com a finalidade de elaborar, implementar, assessorar e avaliar proposta de formação continuada, relativa aos temas transversais “Saúde” e “Educação Sexual” no âmbito do Programa Parâmetros em Ação, da SEF/MEC.

O conjunto das proposições expressa nessa parceria dos Ministérios, responde à necessidade de referenciais, por parte dos sistemas educacionais, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que perpassam a nossa complexa sociedade, que a educação básica nacional possa gerir crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, no que se refere à promoção da saúde e esclarecimentos para uso saudável da sexualidade.

6. PROGRAMA PAZ NAS ESCOLAS

A violência nas escolas é hoje um fenômeno real que, por muito tempo, ficou relegado a uma situação subterrânea e invisível e somente na atualidade entrou na agenda política da nação. Trata-se de uma questão multicausal e complexa, que demanda ainda análises e estudos mais aprofundados. A miséria, o desemprego, as desigualdades sociais, a falta de oportunidades para os jovens, bem como a presença insuficiente ou inadequada do estado, quer seja na forma de políticas públicas, quer seja por meio do seu aparato de segurança pública, fazem aumentar as manifestações de violência no país. Entretanto, não se trata de um fenômeno circunscrito a fatores estruturais de ordem socioeconômica. Assim, a violência deve ser entendida no âmbito cultural e psicossocial dos indivíduos, dos grupos e da sociedade.

Muitos atos de violência, que ocorrem dentro do ambiente escolar, representam uma violação dos direitos humanos nas escolas e têm uma relação direta com o aumento da evasão escolar.

Diversos estudos, matérias veiculadas pela mídia e dados estatísticos têm demonstrado os níveis de envolvimento dos adolescentes, como vítimas e como responsáveis pela violência dentro e fora das escolas.

A escola representa um espaço privilegiado de socialização e, dependendo dos comportamentos promovidos, essa socialização pode ser construída com base nas relações defensivas ou propositivas.

A violência escolar vem ganhando dimensões que passam a demandar ações de enfrentamento por parte da sociedade e dos governos, buscando alternativas que favoreçam a paz. Embora muitas das causas da violência estejam fora da escola, o seu reflexo no meio escolar representa ameaça a um dos polos fundamentais da formação das crianças e dos jovens, qual seja, o sistema escolar.

Neste contexto, o Ministério da Justiça, através da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, criou o Programa Paz nas Escolas, com o objetivo de contribuir para a redução da violência entre crianças, adolescentes e jovens nas escolas do país.

O programa é multissetorial e integra o Plano Plurianual – PPA 2000-2003. Uma de suas ações, Capacitação de Professores, é executada pelos sistemas de ensino estaduais e municipais com o apoio financeiro do Ministério de Educação. A capacitação dos professores nos temas transversais Ética e Cidadania, conta com o apoio pedagógico do Kit Ética e Cidadania no Convívio Escolar, elaborado por este Ministério.

A atuação da SEF no Programa Paz nas Escolas efetiva-se mediante o apoio e técnico financeiro aos sistemas de ensino. No exercício de 2001 este apoio destinou-se a desenvolvimento da ação de Formação Continuada de Professores, no tema transversal do currículo do Ensino Fundamental – Ética e Cidadania.

A Secretaria de Educação Fundamental previu em sua programação realizar o acompanhamento da execução dos projetos Paz nas Escolas, das Secretarias Estaduais de Educação que foram apoiadas financeiramente com recursos do exercício de 2000.

Nessa direção, em parceria com o Ministério da Justiça – Gerência do Programa Paz nas Escolas, elaborou o Projeto de Acompanhamento – Proposta e Instrumento de coleta de dados do Programa Paz nas Escolas.

7. PROGRAMA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O PLANO DE INTEGRAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS E PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA - PIAPS

O Governo Federal lançou o Plano Nacional de Segurança Pública – PNSP, cujo objetivo é melhorar o sistema de segurança integrando ações sociais de combate à violência.

O Plano se constitui de 124 ações que serão executadas em parceria entre o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, a Sociedade Civil Organizada e agências governamentais estrangeiras.

Os recursos que possibilitarão a implantação das ações são recursos orçamentários disponíveis nos Ministérios que formam o Comitê de Acompanhamento e Integração de Programas Sociais, os das parcerias e em particular os do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Nesse contexto, foi elaborado o Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção à Violência – PIAPS, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República.

Participam do PIAPS, 47 programas sociais do “Avança Brasil”, dentre os quais citamos: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, TODA CRIANÇA NA ESCOLA, ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS, ESPORTE SOLIDÁRIO, ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL, DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO.

O público alvo do Plano são as crianças e os jovens situados na faixa entre os 9 e 24 anos e as famílias onde estão inseridos. As regiões, para o ano de 2001, são as metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória e Recife.

Com o lançamento do Plano Nacional de Segurança Pública, em cada um dos Estados, dava-se início a campanha “BRASIL DIZ NÃO A VIOLÊNCIA”. A gerência de Educação de Jovens e Adultos acompanhou o lançamento do Plano nos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

A Secretaria de Educação Fundamental orientou os municípios das regiões metropolitanas das Capitais de Vitória e Rio de Janeiro a elaborarem seus projetos para o apoio financeiro do MEC, no âmbito do Programa Educação de Jovens e Adultos, no ano de 2001.

8. PARTICIPAÇÃO NO PROJETO ALVORADA

Criado com o objetivo de reduzir as desigualdades por meio da melhoria das condições de vida das populações mais pobres do País, o Projeto Alvorada se constitui em um conjunto de programas que contribuem diretamente para a geração de renda, acesso à educação e melhoria da saúde. O Programa Educação de Jovens e Adultos integra o Projeto Alvorada mediante a implantação do RECOMEÇO-Programa Supletivo.

Visando a criação de Plano Gerencial para o Projeto Alvorada, foi realizado pela ENAP uma oficina com participação dos 15 programas que integram o Projeto. A metodologia utilizada permitiu um conhecimento geral de cada um dos programas, bem como possibilitou a identificação das interfaces. Nesse sentido, constatou-se que o Programa Educação de Jovens e Adultos, na execução de suas ações, pode articular-se com os seguintes Programas: BOLSA ESCOLA, ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL, PROGRAMA DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF, BRASIL JOVEM, SAÚDE DA FAMÍLIA, ÁGUA NA ESCOLA, ENERGIA NAS PEQUENAS COMUNIDADES, ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA, APOIO AO ENSINO MÉDIO E PROGRAMA NACIONAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA – PRONAGER.

No âmbito desse projeto registra-se a participação da assistente do gerente de EJA na reunião coordenada pela gerência do referido projeto, na Secretaria de Assistência Social, para discutir o apoio emergencial à população nordestina, cujos municípios estão em estado de calamidade pública, provocada pela seca naquela região. A reunião teve como objetivo a adoção de medidas que contribuíssem para o repasse imediato dos recursos que cada programa destina à Região. Em relação ao Recomeço, as medidas propostas não se fizeram necessárias uma vez que o repasse dos recursos é mensal e diretamente do FNDE aos governos estaduais e municipais, sem necessidade de convênios, acordos ou ajustes.

Foi implantado pela gerência do Projeto Alvorada um Sistema de Informações Gerenciais, cujo objetivo é informar a sociedade sobre a transparência dos recursos aplicados nos programas que compõem o projeto. Para atender o objetivo de informar a sociedade, a equipe da Secretaria de Educação Fundamental –SEF montou um programa em articulação com o FNDE para atendimento específico do Projeto Alvorada.

Ainda no âmbito do Projeto Alvorada, a SEF com base na proposta encaminhada pela Fundação João Pinheiro, consultora do Projeto Alvorada, elaborou uma “**Cartilha**” sobre a Educação de Jovens e Adultos. A cartilha será distribuída aos Portais do Projeto Alvorada nos Sistemas de Ensino.